

## EDITORIAL

O Curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário disponibiliza o primeiro número de 2019 da revista eletrônica mensal *Vitrine da Conjuntura*, correspondente ao mês de março. Além das partes permanentes do Panorama Econômico e dos Indicadores, o periódico contém três artigos acerca de aspectos conjunturais e estruturais relacionados à economia brasileira.

O primeiro texto descreve o comportamento do produto interno bruto (PIB) da nação no ano de 2018, corroborando o quadro de estagnação da produção e dos negócios observado depois do fim da recessão em 2017.

O segundo artigo realiza uma breve avaliação da proposta de reforma da previdência, encaminhada pelo poder executivo ao legislativo no mês de fevereiro de 2019.

A terceira reflexão demonstra, à luz de apreciações internacionais e algumas estatísticas domésticas, a situação de fragilidade do ensino brasileiro nos diferentes níveis.

Excelente leitura a todos.

Ótimo 2019.

Paz e Bem.

Gilmar Mendes Lourenço

Editor.

## O PIB E O ESTÁGIO DE ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

*Gilmar Mendes Lourenço*

As informações relativas à evolução do produto interno bruto (PIB) do país, mensuradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem sido impiedosamente cruéis com aqueles observadores do comportamento dos mercados, interessados em traçar e vender situações animadoras e triunfalistas acerca da economia nacional, desde o desfecho do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, marcadas pelo fim do ciclo recessivo e o retorno de condições objetivas e favoráveis ao crescimento sustentado.

Ao menos por enquanto, os números disponíveis vêm desqualificando aquelas leituras mais eufóricas da realidade. Depois de encolher 8,5% entre abril de 2014 e dezembro de 2016, traduzindo a mais intensa e prolongada retração da história republicana, a principal grandeza macroeconômica exibiu variação de apenas 1,1%, em 2017, repetida em 2018 - afetado pelas repercussões da paralisação do transporte rodoviário de cargas, em fins de maio, pelas turbulências eleitorais e pela crise na argentina -, contabilizando reação acumulada de 2,2%, no biênio, o que constituiu a mais lenta e modesta que se tem notícia por essas paragens, representando a exibição, sem cortes, do filme da estagnação econômica.

*A estagnação é um fenômeno perfeitamente normal e previsível no curso de economias capitalistas que vivenciaram longos e profundos estágios depressivos.*

Apenas em caráter de ilustração, de acordo com estimativas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a contração de 1981 foi superada 13 trimestres depois de iniciada, com a colaboração decisiva do esforço exportador, edificado durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), da gestão Geisel (1974-1979). Na mesma linha, a regressão de 1989 foi eliminada após 16 trimestres, a partir da criação das bases do plano real, na administração de Itamar Franco. A conjuntura atual abrange o rastejar de 19 trimestres.

No entanto, esse tipo de evento é perfeitamente normal e previsível no curso de economias capitalistas que vivenciaram longos e profundos estágios depressivos, notabilizados por substancial elevação das margens de capacidade ociosa dos fatores, e cujo escape se dá em clima de multiplicação de desconfianças, por conta do não equacionamento da instabilidade política.

A par disso, emerge a percepção dos atores de ausência de consistentes compromissos oficiais com a formulação, aprovação e execução de reformas institucionais capazes de assegurar a eliminação das anomalias que impedem a viabilização dos requisitos à reativação dos negócios, especialmente, no caso brasileiro, a falência do estado e contaminação do cotidiano microeconômico.

Especificamente em 2018, pela ótica da oferta, o modesto incremento foi distribuído entre agropecuária (0,1%), indústria (0,6%) e serviços (1,3%). No setor fabril, os desempenhos relevantes ocorreram em eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (2,3%), transformação (1,3%) e extrativas (1,0%), e a construção caiu 2,5%.

A construção civil reproduziu, de um extremo, a deterioração orçamentária do setor público, com o acentuado declínio das inversões em infraestrutura e a quase parada das obras pesadas, e, de outro, a diminuta confiança dos consumidores, o excesso de estoques de imóveis comerciais e os receios quanto ao futuro.

Já, a performance dos serviços foi puxada por atividades imobiliárias (3,1%), comércio (2,3%) e transporte, armazenagem e correio (2,2%).

Do ângulo da absorção doméstica, constatou-se estabilidade dos gastos públicos e subida do consumo das famílias (1,9%), branda reflexo da diminuição dos juros, inflação e desemprego, e formação bruta de capital fixo (4,1%), primeira variação positiva depois de 4 anos consecutivos de queda, o que fez a taxa de investimento ascender de 15,0% do PIB, em 2017, para 15,8% do PIB, em 2018, sem compensar a perda de quase 30% entre 2014 e 2017.

No front externo, as exportações aumentaram 4,1%, fruto da combinação entre expansão da economia mundial e depreciação do real, enquanto as importações avançaram 8,5%, graças à discreta reação da demanda interna, sobretudo o investimento.

Por tudo isso, é fácil notar que os patamares de atividade no Brasil continuam bastante abaixo daqueles registrados quando a crise foi deflagrada, pela falta de orientação econômica e apego ao diálogo político na gestão Dilma, problemas potenciados pela maximização de práticas, herdadas de seu antecessor, de deslocamento de recursos orçamentários e do caixa das companhias estatais para fins diferentes do que o preenchimento das lacunas existentes no atendimento das prioridades de infraestrutura física e carências sociais.

Nesse sentido, cálculos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontam ampliação da disparidade de renda no Brasil em 2018, alcançando o maior nível desde 2012. O Índice Gini do rendimento domiciliar *per capita* foi de 0,6259 entre outubro e dezembro de 2018, contra 0,6156, entre julho e setembro, representando a 16ª elevação seguida. O Índice varia entre 0 e 1, sinalizando aumento da concentração ao se aproximar da unidade.

A virada do jogo, em 2019, esbarra nos fortes indícios de desaceleração do comércio global, puxado por China e Europa, reforçados pela exacerbação da cautela de empresas e consumidores diante das dúvidas quanto à concretização dos arranjos políticos para a aprovação das modificações estruturais pelo congresso e, por extensão, da não explicitação de qualquer estratégia macroeconômica de estabilização.

O mais preocupante, porém, é que enquanto as nuvens negras não forem dissipadas, a roda pode voltar a girar em sentido contrário. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, elaborada pelo IBGE, aponta que a taxa de desocupação subiu de 11,7% da população economicamente ativa (PEA), entre outubro e dezembro de 2018, para 12,0% da PEA, no intervalo compreendido entre novembro de 2018 e janeiro de 2019, em razão do fechamento das vagas temporárias abertas no final de ano, totalizando 12,7 milhões de brasileiros à procura de trabalho.

Já a taxa de subutilização da mão de obra – abrangendo aqueles desempregados que buscam trabalho, os que desistiram de fazê-lo e os ocupados por tempo insuficiente – aumentou de 24,1% da PEA para 24,3% da PEA, em igual período, correspondendo a 27,5 milhões de pessoas praticamente à margem do mercado de consumo.

## REFORMA DA PREVIDÊNCIA: AFINAL HÁ UMA PROPOSTA PARA DISCUSSÃO

*Gilmar Mendes Lourenço*

Ao contrário do que, de pronto, defenderam os meios especializados e significativa fração dos formadores de opinião, endossados por economistas de expressão, a proposição de emenda constitucional (PEC) da reforma da previdência, enviada pelo executivo ao legislativo em 20 de fevereiro de 2019, não representa a única e definitiva solução para o desequilíbrio das finanças públicas que, rigorosamente, escapou do controle dos *policy makers* brasileiros desde o final do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff.

É prudente não desprezar a influência decisiva na multiplicação dos rombos orçamentários exercida pelos grandiosos esquemas de sonegação e evasão tributária e de corrupção, montados e saciados desde a redemocratização do país há quase 35 anos.

Contudo, o pacote é o mais amplo e ambicioso já esboçado no país, suplantando o de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1995, e o arcabouço montado na administração Temer, que foi mutilado e depois paralisado pelos parlamentares que priorizaram a realização de dois leilões de votos para a salvação do mandato do chefe de estado, negando a autorização para investigação por crime de corrupção passiva pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O núcleo do conjunto de medidas anunciado busca abarcar os propósitos de equalização no rateio de sacrifícios, combate à obtenção de benefícios precoces e pronunciada diminuição de situações características de privilégios que, por sinal, ocasionam vultosos e desproporcionais dispêndios, em qualquer referência comparativa, com a folha de salários dos servidores.

Os impactos efetivos das modificações sugeridas na interrupção do descalabro fiscal dependerão do esforço e poder de articulação e negociação política do governo Bolsonaro com o congresso nacional, a começar pelo preparo da construção de canais de comunicação e formação de apoios, ainda em estágio embrionário, especialmente em razão das estripulias proporcionadas pela “filhocracia” predominante desde a posse do presidente.

Na verdade, o sistema de previdência nacional, ancorado no regime de repartição, consome cerca de 13,0% do PIB, nas três esferas de governo, e deve agonizar, em médio prazo, em razão fenômeno conhecido como transição demográfica, marcado essencialmente pela queda da fecundidade e natalidade e elevação da sobrevivência da população, e abocanhar haveres destinados à saúde educação, segurança e outras áreas relevantes. Os indicadores do IBGE mostram que o Brasil estaria reproduzindo o processo de envelhecimento acontecido em nações desenvolvidas, só que completamente acéfalo de haveres financeiros e retaguardas de proteção erguidas naqueles estados.

O país perdeu as chances oportunizadas pelo quase meio século de abertura da janela demográfica, quando o crescimento da população em idade ativa superou a impulsão do contingente total, para ativar mecanismos e instituições capazes de catapultar estágios de desenvolvimento econômico e social, por meio de inversões que favorecessem contínuas elevações de produtividade, amparadas em abrangentes reformas dos aparelhos educacionais, como fez a esmagadora maioria das nações.

O rápido envelhecimento brasileiro deverá ampliar, de forma expressiva, a denominada “razão de dependência”, configurada no quociente entre a parcela subordinada economicamente (crianças e jovens menores de 15 anos e velhos com 65 anos ou mais) e aqueles potencialmente produtivos ou em idade de trabalhar (entre 15 e 65 anos). A razão deve subir de 44,0%, em 2018, para 67,2%, em 2060, significando que 67 indivíduos dependerão de cada grupo de 100.

As estimativas permitiram apurar o fechamento da janela demográfica – razão de dependência inferior a 50% - em 2035, o que, com a diminuição da população em idade ativa, tornará o crescimento econômico cada vez mais condicionado à perseguição e obtenção de ganhos de produtividade da mão de obra.

Pelos cálculos dos economistas, que consideram a faixa de idade de aptidão ao trabalho entre 20 e 64 anos, as inquietações seriam maiores. Inferências daqueles profissionais identificaram o fim do bônus já em 2018, pois, a partir de 2019 o volume de brasileiros aptos ao trabalho deverá crescer em menor velocidade que o da população total.

Por tudo isso, de acordo com o ministério da economia, se aprovado, o texto ora em tramitação ensejará retração de despesas de R\$ 1,07 trilhão em uma década, que poderá totalizar a R\$ 1,16 trilhão, em caso de concretização das transformações nas pensões dos militares, que deverão integrar um plano separado. Só a título de cotejo, o texto de Temer calculava compressão de gastos de R\$ 800 bilhões, em igual período, recuando para entre R\$ 500 bilhões e R\$ 600 bilhões após a intervenção cirúrgica efetuada pela câmara dos deputados.

A inclusão dos militares é crucial, pois, em 2017, enquanto o aporte do Tesouro para a zeragem do déficit R\$ 6.100 por segurado do INSS e R\$ 71.500 para cada funcionário público federal, a alocação adicional para cada militar da reserva foi de R\$ 126.000.

Considerando que, em ambientes democráticos, adequações e flexibilizações costumam representar marcas do curso legislativo de qualquer conteúdo voltado à promoção de apreciáveis mutações no modus operandi das relações econômicas e sociais, parece razoável esperar o empenho de preservação dos itens essenciais por parte das autoridades lotadas no poder executivo, por ocasião das tratativas com um parlamento que passou por um encorpado processo de renovação de membros, acompanhado da resistência à incorporação de ideias e posturas contemporâneas.

*O cerne do elenco de intenções repousa no estabelecimento de imposições de idade mínima para as aposentadorias, de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres.*

O cerne do elenco de intenções repousa no estabelecimento de imposições de idade mínima para as aposentadorias, de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres, em sintonia com as práticas da esmagadora maioria de nações, sendo que em algumas delas não há a fixação de diferenciação por gênero.

Há também necessidade de garantir a aprovação do inquestionável avanço consubstanciado na ampliação da progressividade das contribuições previdenciárias, segundo os rendimentos mensais do trabalhador, importando os princípios do imposto de renda (IR), que devem oscilar no intervalo entre 7,5% a 11,68%, para os beneficiários pertencentes ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e podem bater no teto de 22% para os servidores públicos.

No que se refere a esse ponto, a despeito das intenções de execução de correções da injustiça arrecadatória, por meio do abrandamento do gravame incidente sobre a população mais pobre e penalização dos mais aquinhoados, é preciso atentar para as enormes barreiras já erguidas pelas corporações que representam o funcionalismo para impedir ações de subida de 11% para 14% da taxa de contribuição previdenciária, em algumas unidades federadas, o que exigirá audacioso trabalho de esclarecimento e convencimento social acerca da natureza inevitável desse tipo de providência, em contraposição às retóricas demagógicas e barganhas legislativas.

Em outra linha, excepcionalidades na condição de policiais e professores, critérios de transição para os já pertencentes ao mercado de trabalho e regras de cálculo dos proventos e equiparação entre os regimes, fundamentais para a obtenção de encorpada dimensão orçamentária da “nova previdência”, deverão ocupar espaços privilegiados na digestão, debates e acordos, notadamente na câmara dos deputados.

*Aproximadamente 700 mil servidores civis inativos e pensionistas da união produziram buraco de R\$ 46 bilhões em 2018 e, cerca de 380 mil militares, oportunizaram déficit de R\$ 44 bilhões.*

Há igualmente elementos de atrito na interferência em alguns programas oficiais de transferência de renda. Especificamente, quanto ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) - destinado aos idosos com renda familiar per capita inferior a um quarto do piso salarial -, a exigência de idade para a conquista do direito de recebimento de um salário mínimo mensal aumentou de 65 para 70 anos, com possibilidade de pagamento de R\$ 400 aos 60 anos. No tocante à previdência rural, haverá obrigatoriedade de comprovação de 20 anos de contribuição.

Ainda assim, convém sublinhar a existência de aberrações mais salientes na alocação de recursos governamentais, destinados a favorecer

segmentos sociais organizados. Aproximadamente 700 mil servidores civis inativos e pensionistas da união produziram buraco de R\$ 46 bilhões em 2018 e, cerca de 380 mil militares, oportunizaram déficit de R\$ 44 bilhões.

Nessa perspectiva, é recomendável a compreensão que a complexa arrumação dos regimes previdenciários, preparada pela equipe de Bolsonaro, constitui uma espécie de passo inicial de uma caminhada rumo à eliminação da asfixia orçamentária (insolvência) das três instâncias governamentais (união, estados e municípios), quase sempre reféns de demandas corporativas, que, por seu turno, não poderá prescindir dos demais blocos de reformas.

Até porque, a redução de sangria de recursos fiscais proporcionada com a adoção do novo arranjo previdenciário equivalerá a apenas 31,2% e 22,0% da dívida líquida e bruta (englobando união, INSS, governos estaduais e municipais), respectivamente, do setor público, em um decênio, ou menos de 17,0% acima dos valores despendidos em 2018 com seguridade social (previdência, assistência social e amparo aos trabalhadores).

Diga-se de passagem, o descalabro na gestão dos fluxos de caixa e, por extensão, a rápida e contínua elevação da participação dos pagamentos de salários do funcionalismo da ativa e da folha de aposentados e pensionistas vem fazendo com que maior parte das unidades federadas ultrapasse os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para a cobertura de tais encargos.

Em outros termos, a cartola precisará de outros coelhos, reproduzidos na simplificação tributária, criteriosa revisão de subsídios e desonerações, organização de consistente e transparente programa de privatizações, encolhimento do tamanho e melhoria da eficiência da máquina pública, interrupção de políticas públicas desprovidas de eficácia e novo pacto federativo para a retirada de estados e municípios da UTI financeira, elementos indispensáveis à retomada duradoura do crescimento econômico, sustentada em inversões em educação, inovação e infraestrutura.

Ressalte-se que o quadro de degradação financeira dos entes federados deriva, na maioria dos eventos, de permanentes práticas displicentes e/ou irresponsáveis quanto à gestão das peças orçamentárias, especialmente nos itens relacionados à pessoal, mascaradas pelo uso de contabilidade criativa, ignorado pelos tribunais de contas. Simulações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) revelam que só 13 estados exibem a nota de risco requerida para o recebimento de garantias da união e apenas 06 governadores iniciaram as respectivas administrações, em janeiro de 2019, com posição de caixa adequada.

Embora a presença de não poucos pontos de atrito, distorções e imperfeições, como a possibilidade de demissão de trabalhadores aposentados sem a multa de 40% sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ao menos, desta feita, os agentes sociais brasileiros tem conhecimento de uma

proposta de reforma da previdência para ser discutida sem atitudes precipitadas.

*A degradação financeira dos entes federados deriva de permanentes práticas displicentes e/ou irresponsáveis quanto à gestão das peças orçamentárias.*

## A DEBILIDADE DO ENSINO BRASILEIRO

*Gilmar Mendes Lourenço*

Em aparições e exposições acontecidas no começo do mês de fevereiro de 2019, duas autoridades brasileiras, ocupando lugares de relevância em distintos poderes da república, revelaram a pobreza de percepção das mazelas que assolam o país e o descaso na feitura da tarefa de sistematização de ideias e iniciativas dirigidas à construção de um círculo virtuoso para as variáveis subjacentes ao desenvolvimento de longo prazo.

Mais precisamente, em entrevista concedida à revista VEJA, de 06.02.2019, o ministro da Educação do governo Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez, indicado ao cargo pelo ideólogo preferido do chefe de estado, Olavo de Carvalho, entre várias incursões absurdas mencionou, ao se referir aos adolescentes que costumam deslocar-se ao exterior, que “o brasileiro viajando é um canibal; rouba coisas dos hotéis; rouba assento salva-vidas do avião; ele acha que sai de casa e pode carregar tudo”. Espera-se que o “dito cujo” não esteja transportando o comportamento pessoal para os demais viajantes.

Em linha semelhante, em conversa com a equipe de jornalistas do Jornal das Dez, do canal Globo News, em 08.02.2019, o presidente da câmara dos deputados, Rodrigo Maia, sublinhou em alusão à reforma da previdência, que “todo mundo consegue trabalhar hoje até 80, 75 anos”.

Portanto, se a visão (ou ausência dela) estratégica demonstrada por aqueles seres humanos estiver correta não há motivo para grande preocupação. Afinal, haverá tempo de sobra para que todos estudem, se eduquem, trabalhem e sejam felizes até o derradeiro dia.

No entanto, a realidade costuma atropelar açodados, desinformados e deselegantes. Estatísticas oficiais e algumas pesquisas recentes revelam a natureza débil da educação brasileira, aspecto extremamente preocupante se se levar em conta tratar-se de variável crucial que, a exemplo do ocorrido em estados emergentes, como os tigres asiáticos, poderia representar uma espécie de mola propulsora do progresso econômico e bem estar social nacional.

Começando pelo ensino fundamental, o índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb), mensurado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), registrou, em 2017, média de 4,7 para os alunos que estavam cursando os anos finais, contra meta de 5,0 fixada pelo ministério da educação (MEC).

Não menos inquietantes foram os resultados alcançados pelo Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, ou Programme for International Student Assessment (PISA), realizado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em estudantes de 15 e 16 anos residentes em 70 países, em 2015. Na ocasião, foram testados 23.141 alunos brasileiros, matriculados em 841 escolas. As provas são aplicadas a cada três anos e os números de 2018 ainda não foram disponibilizados pela OCDE.

*O Brasil ficou no 55º posto geral, 58º em leitura, 63º em matemática e 65º em ciências, entre os 70 países acompanhados no PISA.*

Naquele certame, o Brasil ficou no 55º posto geral, 58º em leitura, a melhor performance, 63º em matemática e 65º em ciências. Chamou a atenção que 61,0% dos discentes brasileiros não conseguiram terminar a avaliação por terem sacrificado tempo demais na tentativa de resolução dos quesitos iniciais e sido obrigados a acelerar o restante.

Passando ao exame do grau médio, trabalho preparado pelo movimento Todos pela Educação, entidade sem fins lucrativos, composta por pedagogos, gestores de estabelecimentos de ensino e representantes da iniciativa privada, apoiado em dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), identificou que, em 2018, cerca de quatro entre dez jovens de dezenove anos, não terminaram o ensino médio na idade avaliada como ideal para essa etapa educacional.

Pior, do conjunto de pessoas que integram esse patamar etário, 62% abandonaram os estudos, sendo que para 55% deles a interrupção aconteceu ainda no ciclo básico. Com isso, constatou-se que somente 63,5% dos jovens de dezenove anos possuem o ensino médio completo, tornando praticamente inalcançável a meta de 90,0% para o exercício de 2022, estipulada pela entidade.

Ademais, considerando a precária qualidade dos conteúdos ministrados e absorvidos, é fácil notar, naqueles estudantes que concluíram essa fase, expressivas deficiências em leitura, ciências e matemática, evidenciadas por dificuldades em compreender palavras com mais de uma sílaba, descobrir o tema abordado em um determinado texto, compreender o enunciado de questões, reconhecer figuras geométricas e realizar contagem de objetos.

Aproximadamente 5,0% e 1,7% dos concluintes do ensino médio apresentaram, em 2017, o conhecimento designado adequado nos vetores de matemática e português, respectivamente, sendo que o score apurado pelo Ideb foi de 3,8 versus meta de 4,7.

De acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), do MEC, referente a 2017, o ensino médio atingiu o patamar 2,0 de proficiência, em uma escala entre 0 a 9, consequência de anomalias antigas, em especial as deficiências trazidas da aprendizagem fundamental, ainda não universalizada, e a aplicação de uma matriz curricular com reduzida aderência ao mundo real e constituída por um número exagerado de disciplinas dotadas de conteúdos obsoletos, o que serve para confirmar a condição de gargalo para o sistema educacional.

A reversão dessa situação cronicamente desfavorável passa por esforços motivacionais centrados na negação da adoção de invenções pedagógicas que, na maioria das vezes, representam disfarces de desejos políticos e ideológicos, criteriosa revisão curricular e diminuição do painel de matérias, melhoria da eficiência, por meio, essencialmente, da otimização de estratégias de formação e valorização dos corpos docentes, e articulação plena entre os agentes públicos envolvidos nos três degraus da federação.

Em sendo isso feito, a nação estará se habilitando à preparação e capacitação do fator trabalho na direção da expansão econômica sustentada em paralelo ao abrandamento da desigualdade social e da conformação de tendência de autonomia intelectual das novas gerações.

No tocante ao ensino de terceiro grau, a OCDE elaborou, por solicitação do MEC, investigação apreciativa de um dos eixos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes): o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

*Conforme a OCDE, a prova do Enade impede a confecção da curva de evolução qualitativa dos diferentes cursos e a identificação de pontos fortes e fracos.*

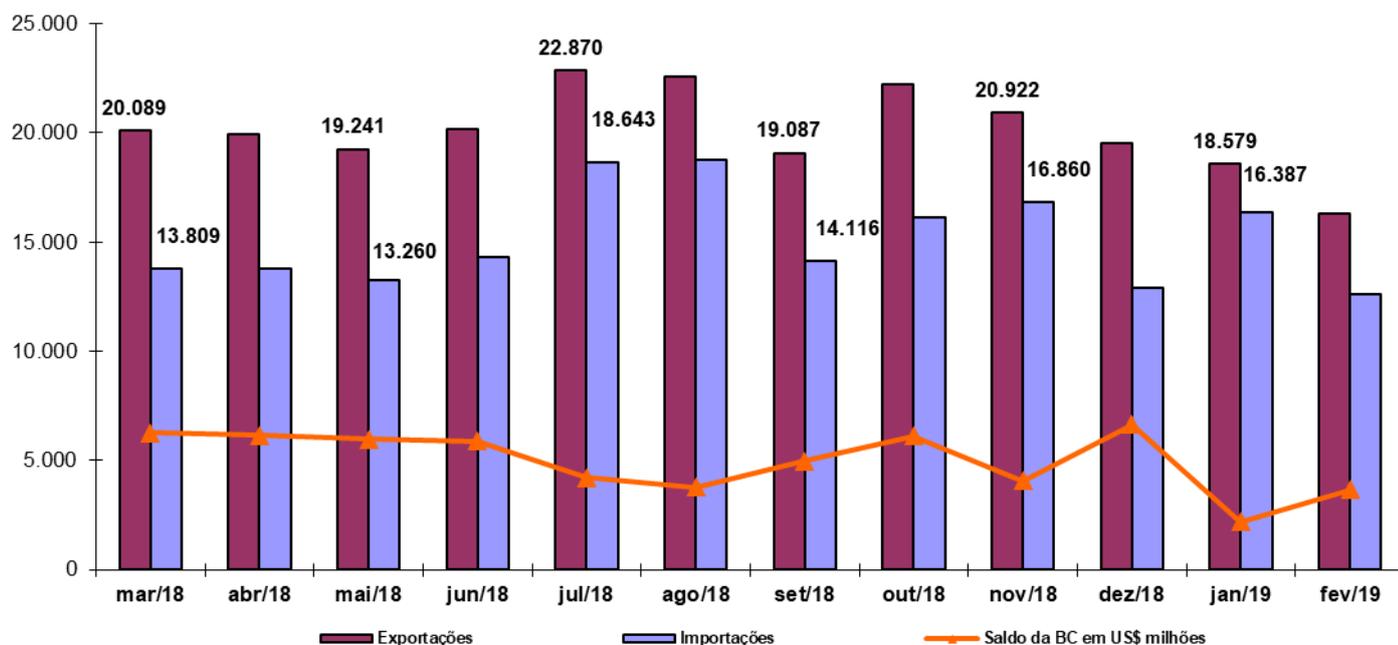
Depois de análises pormenorizadas, o diagnóstico do organismo internacional sugere que o Enade enfeixa enormes defeitos de concepção e formulação das questões, exigências de habilidades excessivamente genéricas dos alunos e absoluta impossibilidade de rigorosa comparação com as provas anteriores, o que impede a confecção da curva de evolução qualitativa dos diferentes cursos e, por extensão, a identificação de pontos fortes e fracos.

Por essa ordem de constatações, a OCDE recomendou ao MEC levantar custos e benefícios associados à possibilidade de descontinuidade do Enade e substituição por bases informacionais contemporâneas, confiáveis e menos dispendiosas, na perspectiva de, no plano macro, promover a eliminação da predominância de inclinações políticas e ideológicas nos currículos, notadamente na rede de universidades federais, e, no terreno do universo de instituições de ensino superior, propiciar a correção de rumos e o aprimoramento dos distintos cursos.

Até porque, o Índice Geral de Cursos (IGC), indicador de desempenho das universidades, centros universitários e faculdades, medido pelo Inep, revelou que, em 2017, das 2.066 unidades acompanhadas, apenas 35 (1,7% do total), conseguiram o conceito máximo (em uma faixa de variação entre um e cinco), sendo que 278 (13,5%) foram contempladas com os graus um e dois, inferior ao piso de qualidade fixado pelo Sinaes.

**Comércio Internacional.****Balança Comercial Mensal (Fevereiro/2019) – MDIC****Fato**

Em fevereiro, a *Balança Comercial* fechou com *superávit* de US\$ 3,67 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 16,29 bilhões e *importações* de US\$ 12,62 bilhões. A *corrente do comércio* atingiu US\$ 28,91 bilhões. Em doze meses as *exportações* somaram US\$ 240,32 bilhões, e as *importações* US\$ 181,62 bilhões, resultando em *saldo comercial* positivo de US\$ 58,70 bilhões e *corrente do comércio* de US\$ 421,95 bilhões.



Fonte: MDIC

**Causa**

Utilizando o critério da média diária, na comparação com fevereiro de 2018, houve recuo de 15,8% nas *exportações* e de 21,2% nas *importações*, a *corrente do comércio* caiu 18,2%. Frente a janeiro de 2019, as *exportações* tiveram queda de 3,5%, as *importações* de 15,3%, e a *corrente do comércio* diminuiu 9,0%.

Em fevereiro, na comparação com igual mês do ano anterior os bens *manufaturados* tiveram retração de 32,3% e os *semimanufaturados* de 21,2%. Os *bens básicos* avançaram 10,2%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Alemanha. Pelo mesmo critério de comparação, houve queda de 22,8% nas *importações de combustíveis e lubrificantes* e de 7,2%, nos *bens de consumo*. Por outro lado, aumentaram as compras de *bens de capital*, 2,0% e nos *bens intermediários* e 0,5%. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: China, Estados Unidos, Argentina, Alemanha e Coréia do Sul.

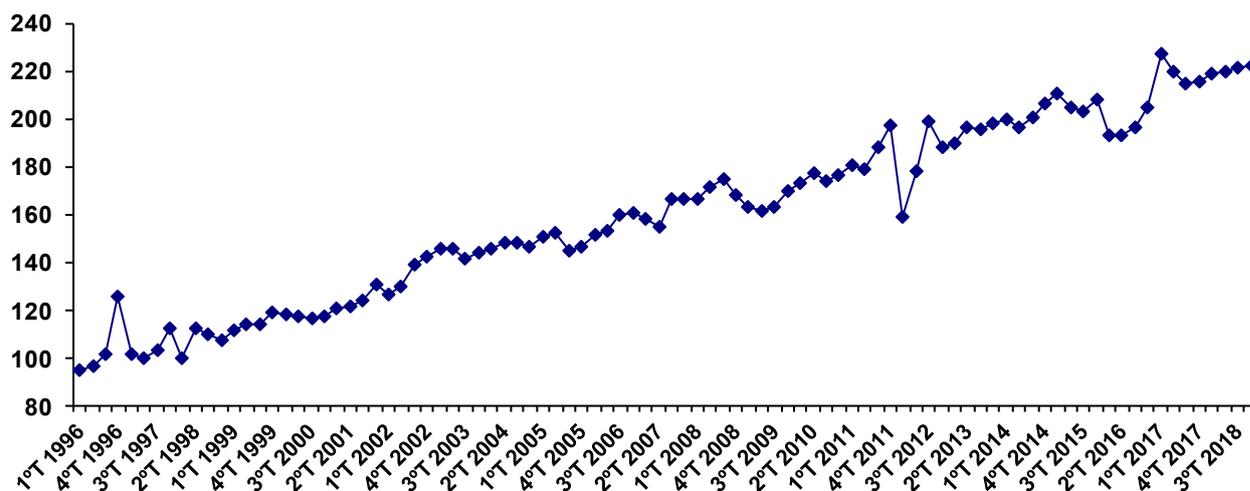
**Consequências**

A *Balança Comercial* segue apresentando *saldo positivo*, todavia nos últimos períodos tanto as *exportações* como as *importações* têm apresentado queda, a primeira em decorrência da lenta recuperação da economia interna, a segunda devido ao menor crescimento mundial.

**Atividade****PIB – Indicadores de Volume e Valores Correntes (4º Trimestre 2018) - IBGE.****Fato**

O *Produto Interno Bruto - PIB a preços de mercado* cresceu 1,1% em 2018, chegando a R\$ 6,8 trilhões. No quarto trimestre, comparativamente ao trimestre imediatamente anterior o crescimento foi de 0,1%, oitavo resultado positivo consecutivo nesta comparação. O *PIB per capita* teve avanço de 0,3% alcançando R\$ 32.747. A taxa de *Investimento* de 2017 foi de 15,8% do *PIB* e a de *Poupança* 14,5%.

## PIB pm - Volume Trim. (1995=100)



Fonte: IBGE - Índice Série encadeada do índice de volume trimestral com ajuste sazonal (Base: média 1995 = 100) (Número índice)

### Causa

Dentre os componentes da *oferta*, no quarto trimestre, frente ao trimestre imediatamente anterior, a *Agropecuária* e os *Serviços* cresceram 0,2%, por outro lado ocorreu queda na *Indústria*, 0,3%. Pelo lado da *demanda*, a *Formação Bruta de Capital Fixo* recuou 2,5% e a *Despesa de Consumo da Administração Pública*, 0,3%. A *Despesa de Consumo das Famílias* cresceu 0,4%. No setor externo, as *Exportações de Bens e Serviços* cresceram 3,6% e as *Importações*, 6,6%.

Em 2018, os *Serviços* tiveram o melhor desempenho, com avanço de 1,3% e com todas as atividades apresentando variação positiva. Os principais crescimentos foram em *Atividades Imobiliárias*, 3,1%, *Comércio*, 2,3% e *Transportes, armazenagem e correio*, 2,2%. A *Indústria* cresceu 0,6%, com destaque para *Eletricidade e gás, água, esgoto e atividades de gestão de resíduos*, 2,3% e o destaque negativo ficou por conta da *Construção*, com variação negativa de 2,5%. A *Agropecuária* cresceu 0,1%, principalmente pelo desempenho da *agricultura* com destaque para *café, algodão, trigo e soja*. Nesta atividade os recuos foram no *milho, laranja, arroz e cana-de-açúcar*. Pelo lado da *demanda*, a *Formação Bruta de Capital Fixo* avançou 4,1%, após quatro anos de resultados negativos. *Despesa de Consumo das Famílias* cresceu 1,9% e a *Despesa de Consumo do Governo* permaneceu estável. Pela demanda externa, as *Exportações de Bens e Serviços* registraram expansão de 4,1%, e as *Importações* 8,5%.

### Consequências

O crescimento de 2018 ocorreu após crescimento de 1,1% em 2017, e dois resultados negativos em 2015, 3,5% e 2016, 3,3%. Para o próximo ano, a expectativa é de resultados melhores, porém ainda em patamares moderados.

### Atividade

#### Produção Industrial Mensal (Dezembro/2018) – IBGE

### Fato

Em dezembro, a *produção industrial* mostrou variação de 0,2% com relação ao mês anterior. Frente a dezembro de 2017, o recuo foi de 3,6%. No acumulado dos últimos doze meses ocorreu crescimento de 1,1%.

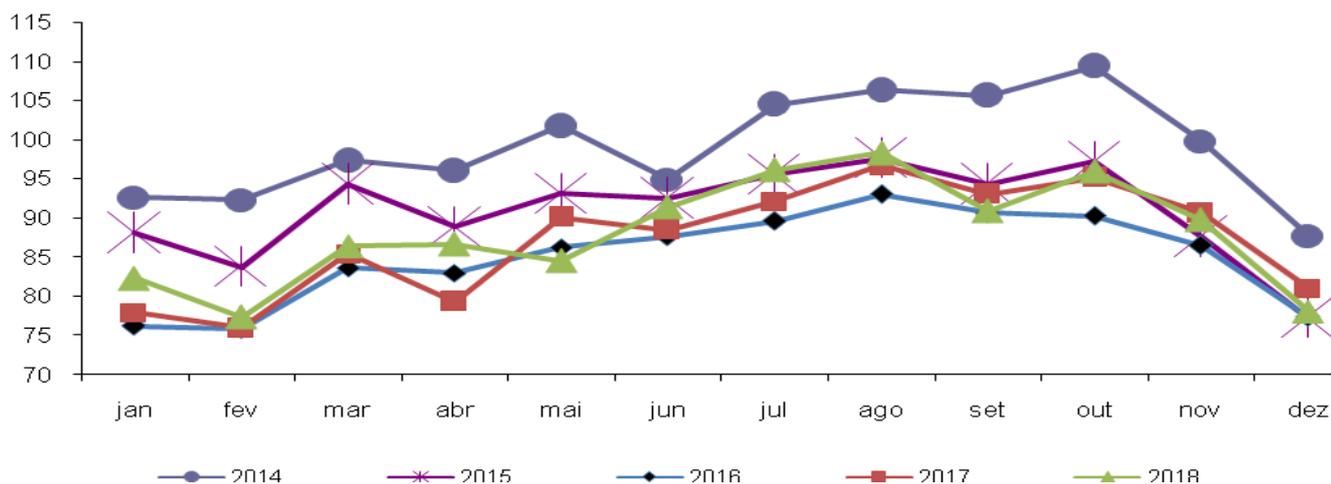
### Causa

Na comparação com o mês anterior, entre as categorias de uso, *bens intermediários* cresceram 0,7%, repetindo o resultado do mês anterior. Os *bens de consumo semi e não duráveis* cresceu 0,2%. Por outro lado, os segmentos de *bens de capital* e de *bens de consumo duráveis* tiveram queda de 5,7% e 2,1% respectivamente.

Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior o maior recuo ocorreu nos *bens de consumo duráveis*, 14,3%, apresentando a segunda taxa negativa consecutiva nessa comparação e a queda mais intensa desde julho de 2016 (-16,1%). As maiores pressões para a queda vieram de *automóveis* e *eletrodomésticos da linha marrom*. As demais quedas foram *bens de capital*, 5,6%, *bens de consumo semi e não duráveis*, 2,5% e *bens intermediários*, 2,3%.

O indicador acumulado no ano o avanço mais forte ocorreu na produção de *bens de consumo duráveis* 7,6%, pressionado pela redução na produção de *automóveis* e de *eletrodomésticos* e *eletrodomésticos da linha marrom*. Os *bens de capital* avançaram 7,4%, principalmente em decorrência de *bens de capital para equipamentos de transporte* e para *construção*. Os *bens intermediários* também tiveram alta, 0,4%. O único resultado negativo foi em *bens de consumo semi e não duráveis*, 0,3%.

### Produção Industrial BRASIL



Fonte: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

#### Consequência

A indústria segue em processo de recuperação, mas com queda na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano o crescimento ocorre frente a uma base de comparação muito baixa.

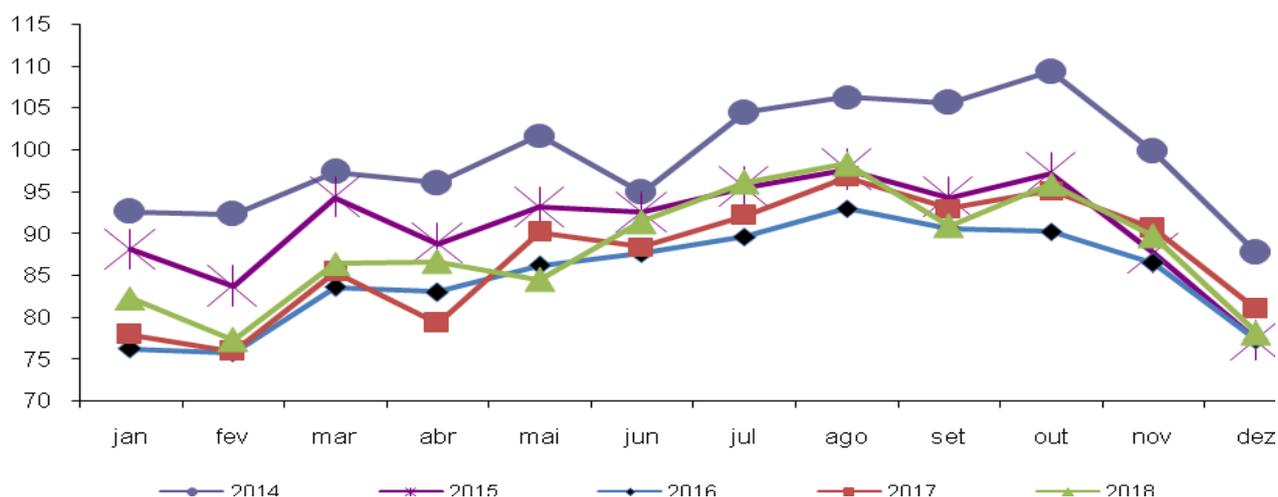
#### Atividade

##### Pesquisa Industrial - Regional – Brasil (Dezembro/2018) - IBGE

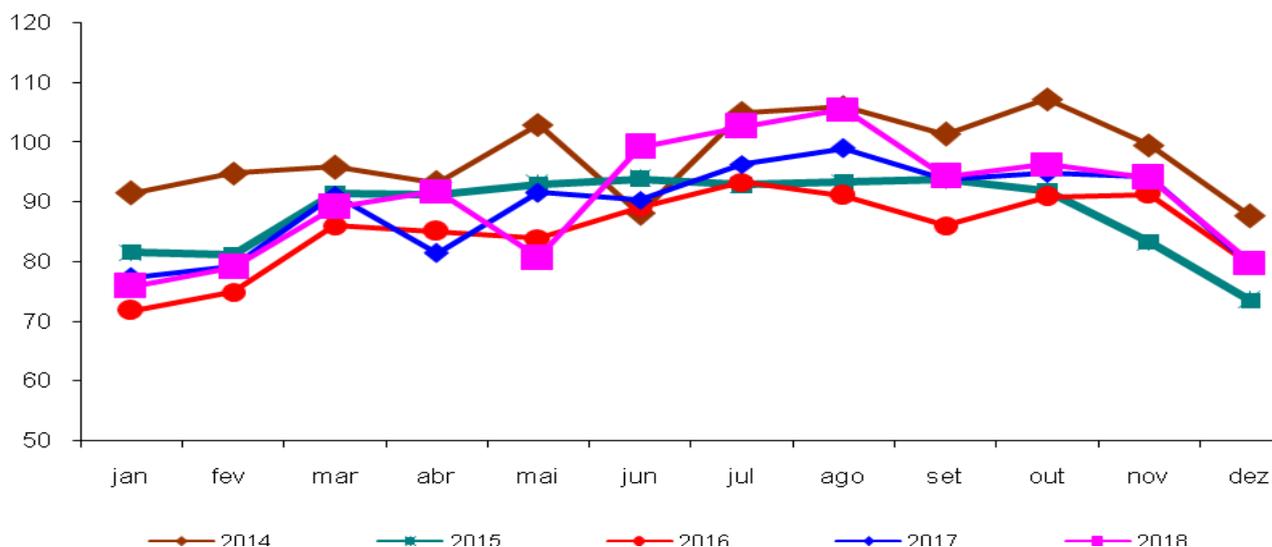
#### Fato

Entre novembro e dezembro de 2018, a produção industrial aumentou em sete dos quinze locais pesquisados, na comparação com dezembro de 2017 ocorreu recuo em nove regiões, e no acumulado do ano, onze dos quinze locais pesquisados, registraram crescimento. No Paraná a produção industrial avançou 0,2% frente ao mês anterior, 0,6% na comparação com dezembro de 2017 e 1,8% no acumulado no ano.

### Produção Industrial BRASIL



## Produção Industrial PARANÁ



Fonte: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

### Causa

Na comparação com o mês anterior os locais que registraram os maiores avanços foram: Goiás, Rio de Janeiro e Amazonas. Os maiores recuos ocorreram em Pernambuco, Região Nordeste e Rio Grande do Sul. No confronto com o mesmo mês do ano anterior, os locais com maior queda foram: Pernambuco, Região Nordeste, São Paulo e Amazonas. Por outro lado, registraram os avanços mais intensos: Pará e Espírito Santo.

No **Estado do Paraná**, na comparação com o mesmo mês no ano anterior, das treze atividades pesquisadas, oito registraram recuo. Os maiores impactos negativos vieram dos setores de *produtos alimentícios, coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis* e *produtos de madeira*. Os principais avanços vieram de *máquinas e equipamentos* e de *outros produtos químicos*.

### Consequência

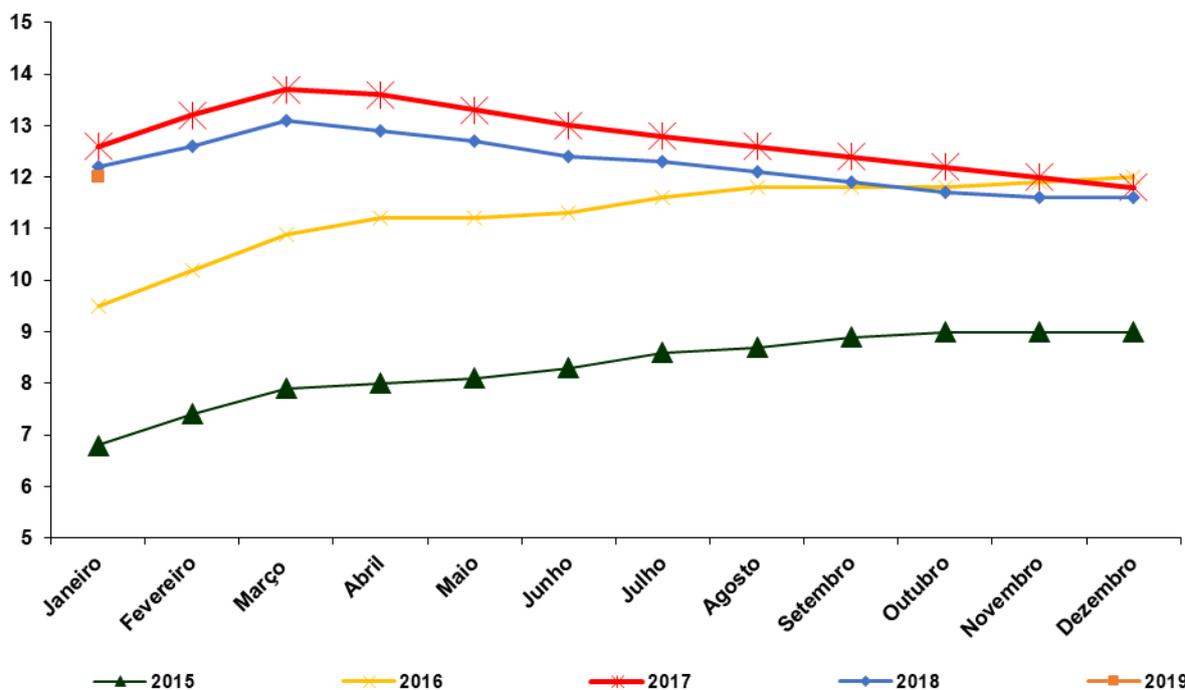
O setor *industrial* no **Paraná** segue em recuperação em ritmo lento e gradual, seguindo a tendência nacional, para os próximos períodos a expectativa é de continuidade nesta trajetória.

### Atividade

**PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Trimestre encerrado em Janeiro/2019) – IBGE**

### Fato

A **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** apontou, para o trimestre novembro a janeiro, *taxa de desocupação* de 12,0%, com crescimento de 0,3 p.p. frente ao trimestre encerrado em outubro e recuo de 0,2 p.p. na comparação com o trimestre encerrado em janeiro de 2018. O *rendimento médio real habitualmente recebido* ficou em R\$ 2.270, 1,4% superior ao trimestre encerrado em outubro e 0,8% maior do que janeiro de 2018.



Fonte: IBGE

### Causa

No trimestre encerrado em janeiro, havia cerca de 12,7 milhões de *peças desocupadas*, 2,6% a mais que em relação ao trimestre encerrado em outubro. Na comparação com o mesmo trimestre de 2018, ocorreu estabilidade.

A massa de rendimento médio real habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas ocupadas foi estimada em R\$ 205 bilhões, com estabilidade em ambas as comparações.

### Consequência

Decorrente da queda na *atividade econômica* a taxa de desemprego ainda segue em patamar elevado, seguindo a recuperação em um processo lento e gradual.

### Atividade

#### Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Janeiro/2019) – IBGE

### Fato

O *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola* apontou para uma produção de 230,7 milhões de toneladas em 2019, 1,9% superior à produção obtida no ano de 2018. O Mato Grosso aparece como o maior produtor nacional de grãos, com 26,0% da produção nacional, seguido pelo Paraná, com 16,0% e Rio Grande do Sul, 14,8%, os três Estados somam 56,8% do total da produção.

### Causa

As produções de *arroz milho* e *soja*, que correspondem a 87,4% da área plantada e 93,3% do total da produção tiveram as seguintes variações para a produção, recuo de 2,6% para a *soja*, 5,0% para o *arroz* e acréscimo de 9,9% para o *milho*.

O levantamento sistemático da produção agrícola registrou variação positiva para 9 dos 26 produtos pesquisados: algodão herbáceo em caroço, batata-inglesa 1ª safra, café em grão – canephora, feijão em grão 2ª e 3ª safras, mandioca, milho em grão 1ª e 2ª safras e sorgo em grão.

Em sentido contrário, deverão apresentar redução na quantidade produzida: amendoim em casca 1ª e 2ª safras, arroz em casca, aveia em grão, batata-inglesa 2ª e 3ª safras, cacau em amêndoa, café em grão – arábica, cana-de-açúcar, cebola, cevada em grão, feijão em grão 1ª safra, laranja, mamona em baga, soja em grão, trigo em grão e triticale em grão.

A distribuição regional da safra ficou da seguinte forma: Centro-Oeste, 44,2%, Região Sul, 33,6%, Sudeste, 10,0%, Nordeste, 8,2% e Norte, 4,0%.

### Consequência

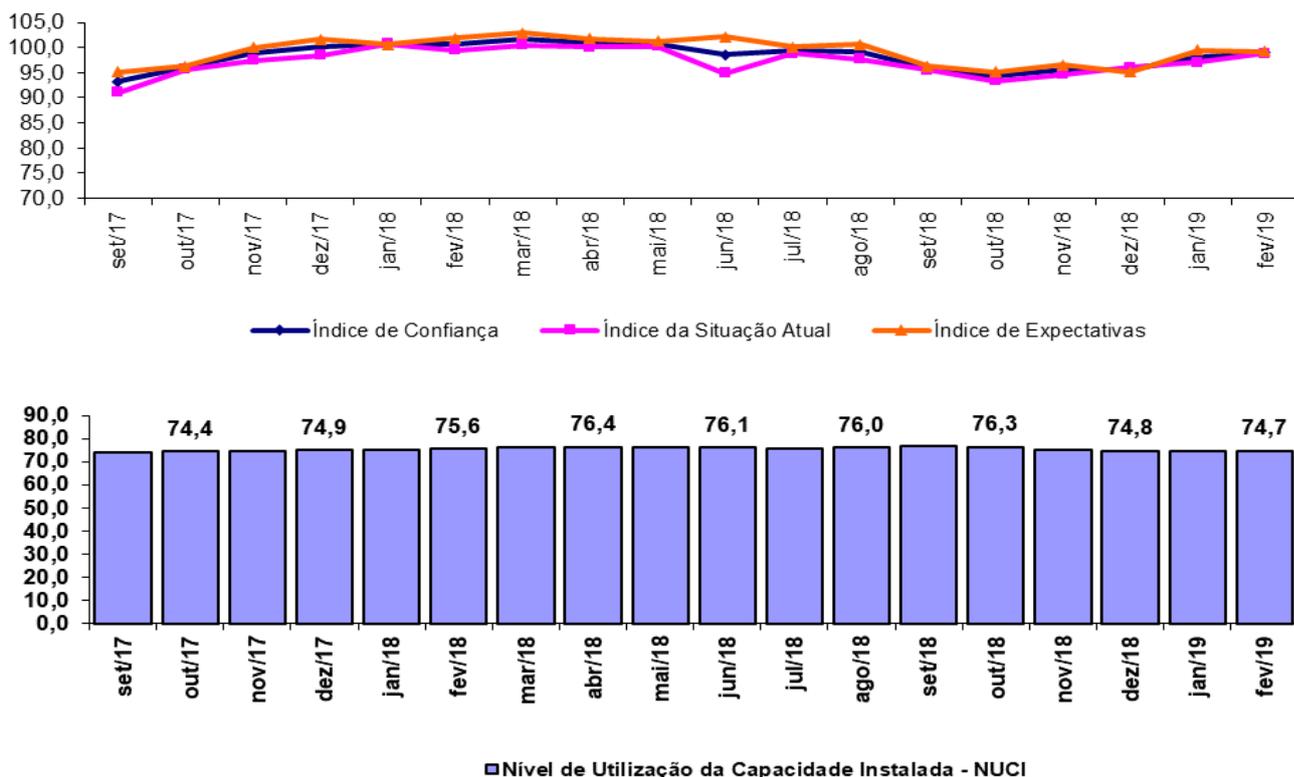
O prognóstico apresenta em 2019 uma produção inferior à safra agrícola recorde de 2017, porém o quadro de produção pode apresentar melhora ao longo do ano, condicionado pelas condições climáticas e pluviométricas.

### Atividade

#### Sondagem da Indústria (Fevereiro/2019) – FGV

### Fato

Na passagem de janeiro para fevereiro, o *Índice de Confiança da Indústria* avançou 0,9 ponto, passando de 98,2 para 99,0 pontos, o maior nível desde agosto de 2018. O *Índice da Situação Atual* aumentou 1,8 ponto para 98,8 pontos e o *Índice de Expectativas* diminuiu 0,3 ponto para 99,2 pontos. A *utilização da capacidade instalada* avançou 0,4 p.p., atingindo 74,7%.



Fonte: FGV

### Causa

No índice pertinente a *situação atual* – ISA, houve melhora no indicador que mede o *nível de estoques das empresas* com redução de 1,4 p.p. no número de empresa que o avaliam como excessivo, e aumento de 1,2 p.p. na que estão com estoques insuficientes. No que tange ao *Índice das Expectativas* - IE, o indicador que mede as expectativas com a *evolução da situação dos negócios nos seis meses seguintes* foi o que exerceu a maior influência negativa, com o percentual das empresas que preveem melhora recuando de 50,8% para 47,6% e a das que projetam piora avançando de 6,5% para 6,8%.

### Consequências

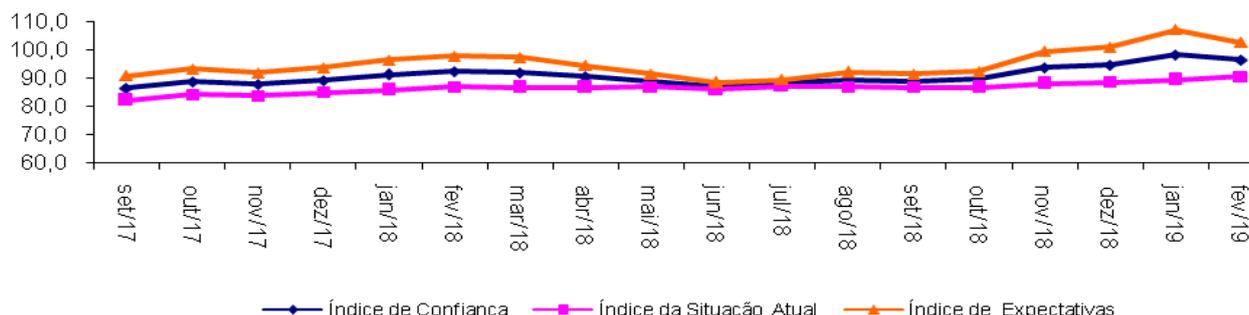
O avanço no ICI mensal reafirma a recuperação do setor. Para os próximos meses a expectativa é de continuidade na trajetória, ainda que de forma lenta.

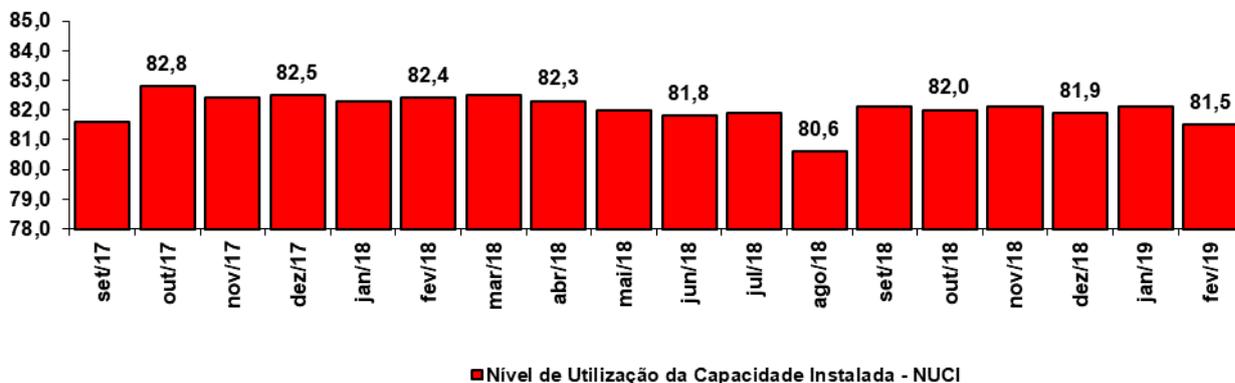
### Atividade

#### Sondagem de Serviços (Fevereiro/2019) – FGV

### Fato

O *Índice de Confiança de Serviços* - ICS caiu 1,7 ponto entre janeiro e fevereiro, passando de 98,2 para 96,5 pontos, após quatro meses de alta. O *Índice da Situação Atual* – ISA cresceu 1,3 ponto passando de 89,3 para 90,6 pontos. O *Índice de Expectativas* - IE diminuiu 4,5 pontos atingindo 102,6 pontos.





Fonte: FGV

### Causa

O *ISA* foi influenciado tanto pelo indicador de *volume de demanda atual*, que avançou de 1,5 ponto, como pelo da *situação atual dos negócios*, que teve expansão de 1,1 ponto.

Nas *expectativas*, houve recuo de 5,2 pontos no indicador que mede o grau de otimismo em relação à *tendência dos negócios nos seis meses seguintes* e de 3,8 pontos na *demanda prevista*.

### Consequência

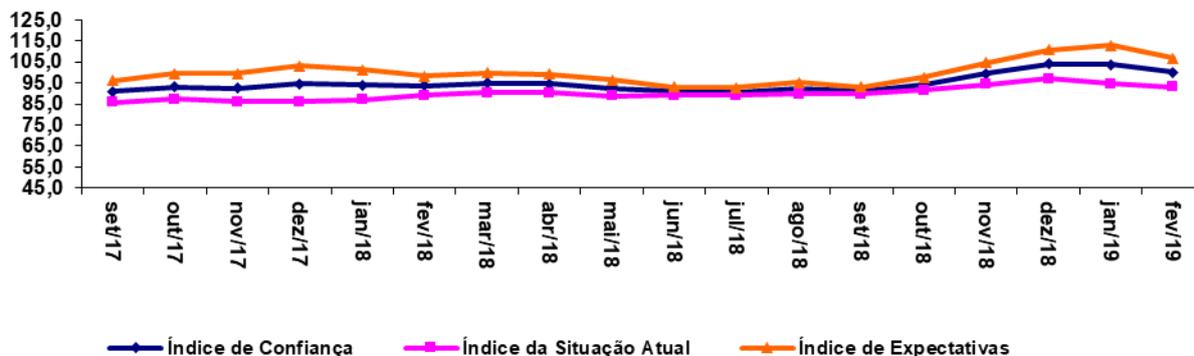
O indicador retrata um setor em processo de recuperação, porém, lenta e com alguns solavancos, como neste mês que indica uma reavaliação das expectativas.

### Atividade

#### ICom - Sondagem do Comércio (Fevereiro/2019) – FGV

### Fato

O *Índice de Confiança do Comércio - ICom* caiu 3,8 pontos frente ao mês anterior, atingindo 100 pontos. O *Índice a Situação Atual - ISA* diminuiu 1,4 ponto, atingindo 93,2 pontos e o *Índice de Expectativas - IE* caiu 6,1 pontos, chegando a 106,8 pontos.



Fonte: FGV

### Causa

O recuo na confiança do setor reflete indicadores com comportamento desfavorável no mês, como *demanda insuficiente*, *acesso ao crédito bancário* e *custo financeiro*. Em janeiro houve aumento de 2,3 pontos no número de reclamações com relação à *demanda insuficiente* e de 1,2 pontos com relação ao *custo do crédito*.

### Consequência

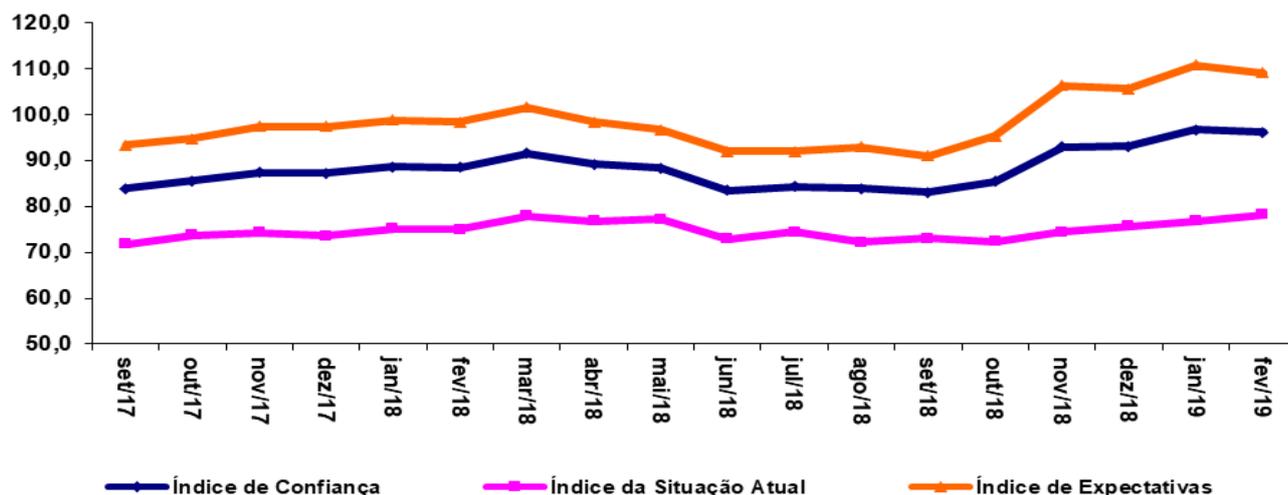
A velocidade de recuperação do otimismo no setor parece estar passando por uma reavaliação, sugerindo maior cautela do setor. Uma recuperação mais intensa fica condicionada à melhora do *mercado de trabalho* e *redução das incertezas*.

### Atividade

#### ICC – Índice de Confiança do Consumidor (Fevereiro/2019) – FGV

### Fato

Entre os meses de janeiro e fevereiro, o *ICC* caiu 0,5 ponto, passando de 96,6 para 96,1 pontos. O índice da *Situação Atual* avançou 1,3 ponto, de 76,8 para 78,1 pontos, quarta alta consecutiva. O *Índice das Expectativas* diminuiu 1,7 ponto, de 110,7 para 109 pontos.



Fonte: FGV

### Causa

Com relação à situação presente os maiores aumentos foram provenientes da *situação econômica no momento*, com elevação de 1,2 ponto e da *percepção em relação às finanças familiares*, que aumentou 1,5 ponto. Pelo lado das expectativas a *situação financeira das famílias nos próximos seis meses* foi o que mais contribuiu para o recuo na confiança, caindo 5,7 pontos, para 105,9 pontos.

### Consequência

Apesar da queda no mês, o resultado sugere acomodação, devendo nos próximos períodos retomar o ritmo de gradual de elevação.

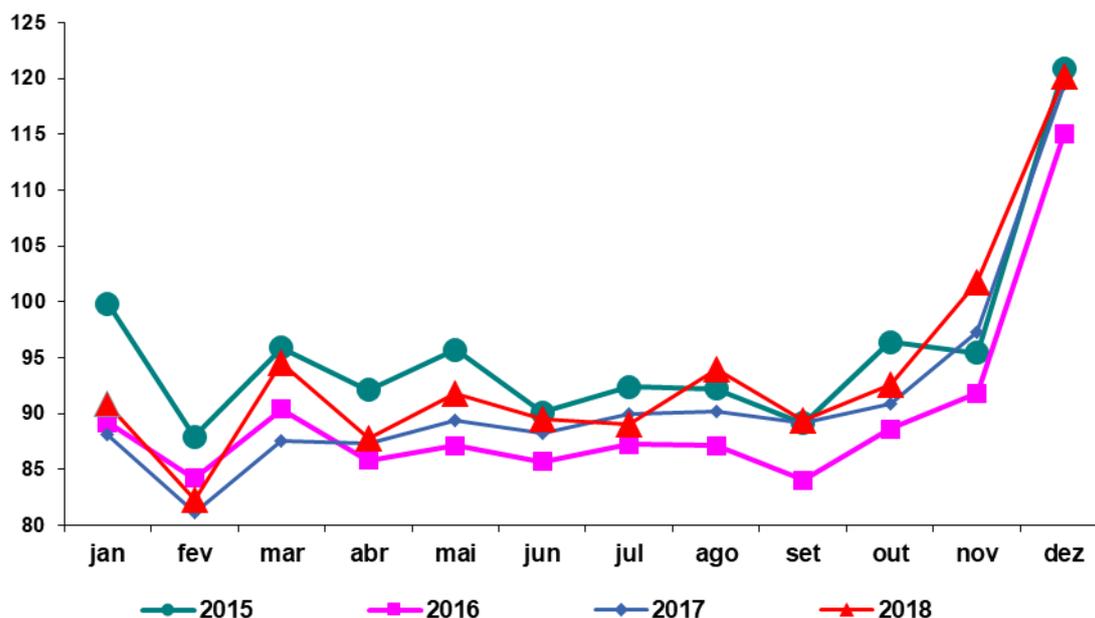
### Atividade

#### Pesquisa Mensal do Comércio (Dezembro/2018) – IBGE

### Fato

No mês de dezembro frente ao mês anterior, o *volume de vendas do comércio varejista* diminuiu 2,2%, e a *receita nominal* 3,4%. Nas demais comparações, sem ajustamento, as taxas para o *volume de vendas* foram de crescimento de 0,6% sobre dezembro de 2017 e 2,3% no acumulado do ano. A *receita nominal* obteve taxas de 3,9% com relação a igual mês de 2017 e 4,8% no acumulado no ano.

No *comércio varejista ampliado* o *volume de vendas* apresentou as seguintes variações, queda de 1,7% frente a novembro 2018, avanço de 1,8% no comparativo com o mesmo mês do ano anterior e 5,0% no acumulado no ano. A *receita nominal* teve variações de negativos 1,9% frente ao mês anterior, positivos 4,5% em relação a dezembro de 2017 e 7,0% no acumulado do ano.



Fonte: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

### Causa

No confronto com dezembro de 2017, no que tange ao *volume de vendas*, três das oito atividades apresentaram variações positivas. Por ordem de contribuição no resultado global, foram: *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 1,5%, *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, 7,2%, e *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 2,2%. Por outro lado, apresentaram queda: *Móveis e eletrodomésticos*, 5,3%, *Tecidos, vestuário e calçados*, 1,6%, *Livros, jornais, revistas e papelaria*, 24,6% e *Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação*, 3,3%. O setor de *Combustíveis e lubrificantes* apresentou estabilidade. Considerando ainda a comparação com dezembro de 2017, nas atividades do *comércio varejista ampliado*, *Veículos, motos, partes e peças*, teve crescimento de 7,8% e *Material de construção* observou queda de 0,6%.

### Consequências

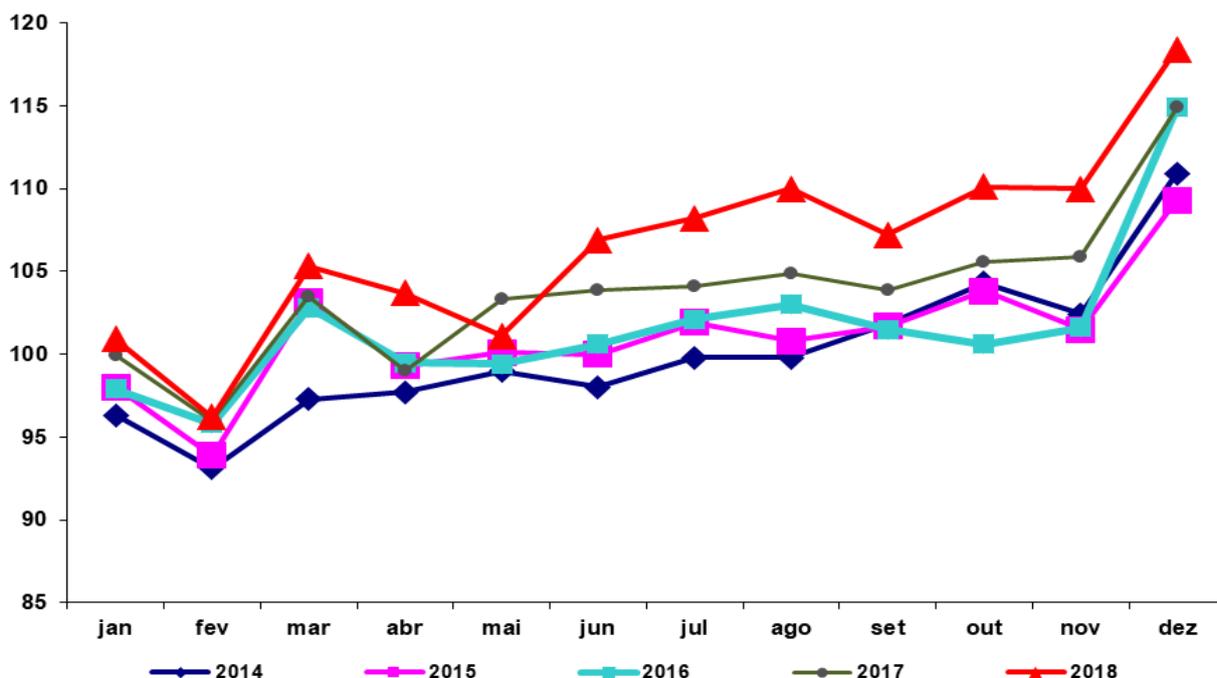
A *atividade comercial* segue em recuperação, porém em ritmo lento, decorrente da gradual retomada do ritmo de atividade econômica e do emprego.

### Atividade

#### Pesquisa Mensal de Serviços (Dezembro/2018) – IBGE

### Fato

No mês de dezembro frente ao mês imediatamente anterior, o *volume de serviços* cresceu 0,2% e a *receita nominal dos serviços* 0,8%. Frente a igual mês do ano anterior o *volume* caiu 0,2%, e a *receita nominal* aumentou 3,1%. No acumulado do ano a taxa do *volume de serviços* ficou em negativos 0,1%, e a da *receita nominal* cresceu 2,7%.



Fonte: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

### Causa

No confronto com dezembro de 2017, a contribuição negativa mais importante ficou com *Serviços profissionais, administrativos e complementares*, 4,2%, pressionado pela queda na receita das atividades de *serviços de engenharia, de vigilância e segurança privada, de transporte de valores, de locação de automóveis e consultoria em gestão empresarial*. Outro recuo ficou com o setor de *Transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio* com 0,4%. Por outro lado, as contribuições positivas vieram de *Serviços de informação e comunicação*, 1,6%, *Serviços prestados às famílias*, 3,1% e de *Outros serviços*, 2,3%.

### Consequência

A exemplo de outros setores da economia, os serviços seguem em lenta recuperação, condicionado principalmente pela recuperação do nível de emprego e da massa salarial.

### Inflação

#### IGP-10 (Fevereiro/2018) – FGV

### Fato

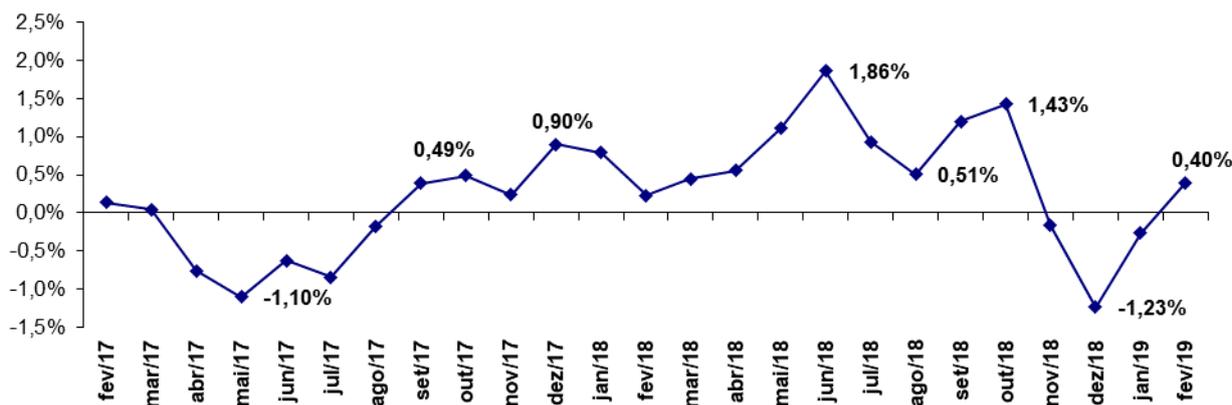
Em fevereiro, o **IGP-10** registrou variação de 0,40%, 0,66 p.p. abaixo da inflação de janeiro. Em doze meses, o índice acumula variação de 6,98%.

### Causa

No mês de janeiro, o **IPA** apresentou variação superior ao do mês anterior em 0,99 p.p., apresentando variação de 0,40%. Na composição deste índice as *Matérias-Primas Brutas* avançaram 1,76 p.p., atingindo valor de 0,98%, com destaque para *minério de ferro, leite in natura e cana-de-açúcar*. Os *Bens Finais* reduziram a taxa de variação em 0,08 p.p., chegando a 0,57%, no qual se sobressaiu o subgrupo *alimentos processados*. O grupo *Bens Intermediários*, mesmo com variação negativa de 0,14%, avançou 1,41 p.p., decorrente de *combustíveis e lubrificantes para produção*.

O **IPC** registrou variação de 0,38%, 0,07 p.p. abaixo da variação do mês anterior com o principal recuo em *Alimentação*, com destaque para o item *hortaliças e legumes*. Também registraram decréscimos em suas taxas de variação os grupos *Educação, Leitura e Recreação, Saúde e Cuidados Pessoais e Vestuário*. O **INCC** teve aquecimento de 0,12 p.p., com

aceleração em *Materiais e Equipamentos e Mão de Obra*. Por outro lado, *Serviços* teve recuo.



Fonte: FGV

### Consequência

O **IGP-10** voltou a apresentar aceleração, porém deve permanecer em patamar reduzido para os próximos períodos, podendo influenciar em uma condução mais flexível da *Política Econômica*.

### Inflação

#### IGP-M (Fevereiro/2019) – FGV

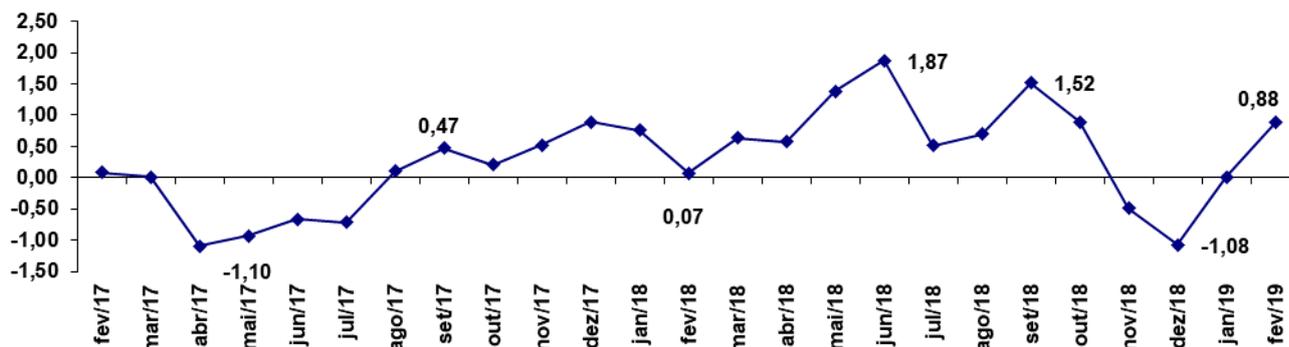
#### Fato

O **IGP-M** variou 0,88%, em fevereiro, 0,87 p.p. acima da variação de janeiro. Em doze meses o acumulado é de 7,60%.

#### Causa

Dos índices que compõe o **IGP-M**, o **IPA**, que responde por 60% na composição do índice, registrou aceleração de 1,48 p.p., com destaque para *Matérias-Primas Brutas*, que avançou 3,53 p.p., decorrente principalmente da variação dos preços de: *minério de ferro, leite in natura e soja*. Os *Bens Finais* que tiveram variação 0,67 p.p. maior, com *alimentos in natura* sendo o principal responsável pelo aquecimento. Os *Bens Intermediários* mesmo com variação negativa de 0,35%, tiveram queda menor do que no mês anterior, quando recuaram 0,99%, sendo o principal responsável por este movimento o subgrupo *combustíveis e lubrificantes para a produção*.

O **IPC** recuou 0,32 p.p., com o principal decréscimo em *Educação, Leitura e Recreação*, como consequência do comportamento dos  *cursos formais*. Também apresentaram recuo em suas taxas de variação: *Alimentação, Saúde e Cuidados Pessoais, Vestuário, Habitação e Despesas Diversas*. O **INCC** apresentou desaceleração de 0,21 p.p., com avanço em *Materiais e Equipamentos* 0,04 p.p. e recuo em *Serviços* 0,12 p.p. e em *Mão de Obra*, 0,38 p.p.



Fonte: FGV

### Consequência

Após apresentar variações mais comportadas nos meses anteriores o índice volta a ter forte aceleração, condicionado principalmente pelo comportamento de algumas *commodities*.

## Inflação IGP-DI (Janeiro/2019) – FGV

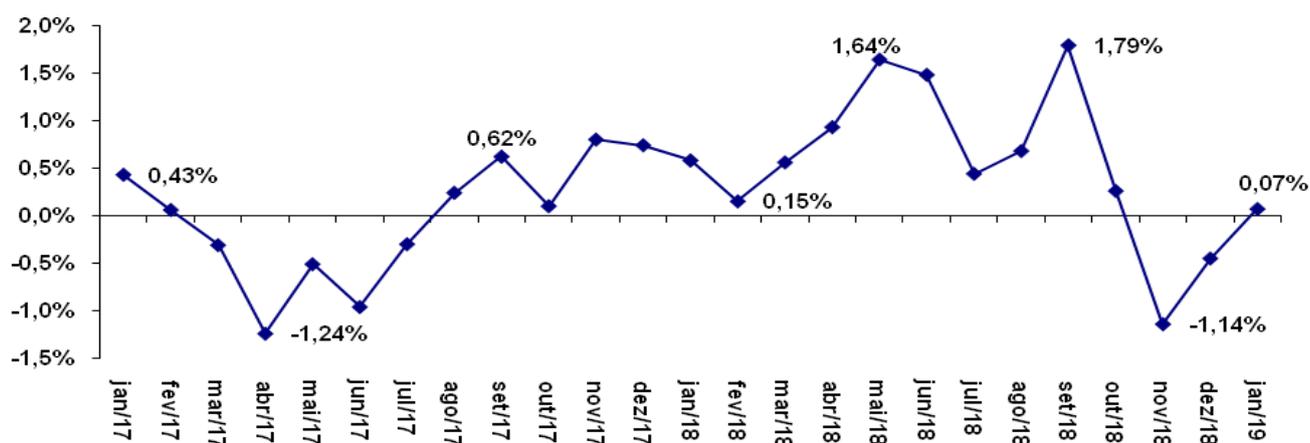
### Fato

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (**IGP-DI**) registrou variação 0,07% em janeiro, acelerando 0,52 p.p. ante a *inflação* registrada em dezembro. Em doze meses a variação foi de 6,56%.

### Causa

Em janeiro, o **IPA** apresentou variação de negativos 0,19%, em dezembro a variação foi de negativos 0,82%. As *Matérias-Primas Brutas* embora com variação negativa de 0,38%, acelerou 1,00 p.p., com destaque para *minério de ferro, leite in natura* e *mandioca*. Os *Bens Intermediários* apresentaram aceleração de 1,21 p.p., destacando-se a menor queda nos preços dos *combustíveis e lubrificantes para produção* e os *Bens Finais* tiveram variação 0,30 p.p. menor, causada pela queda nos preços de *alimentos processados*.

O **IPC** avançou 0,28 p.p., influenciado pela maior variação em *Educação, Leitura e Recreação*, com destaque para  *cursos formais*. Também tiveram variações maiores *Transportes, Habitação, Comunicação* e *Despesas Diversas*. O **INCC** teve aceleração de 0,36 p.p., com avanço em *Materiais, Equipamentos e Serviços* e em *Mão de Obra*.



Fonte: FGV

### Consequência

Após a forte queda de novembro o índice voltou a ter *aquecimento*, em dezembro e janeiro. Para os próximos meses a expectativa é de uma trajetória comportada.

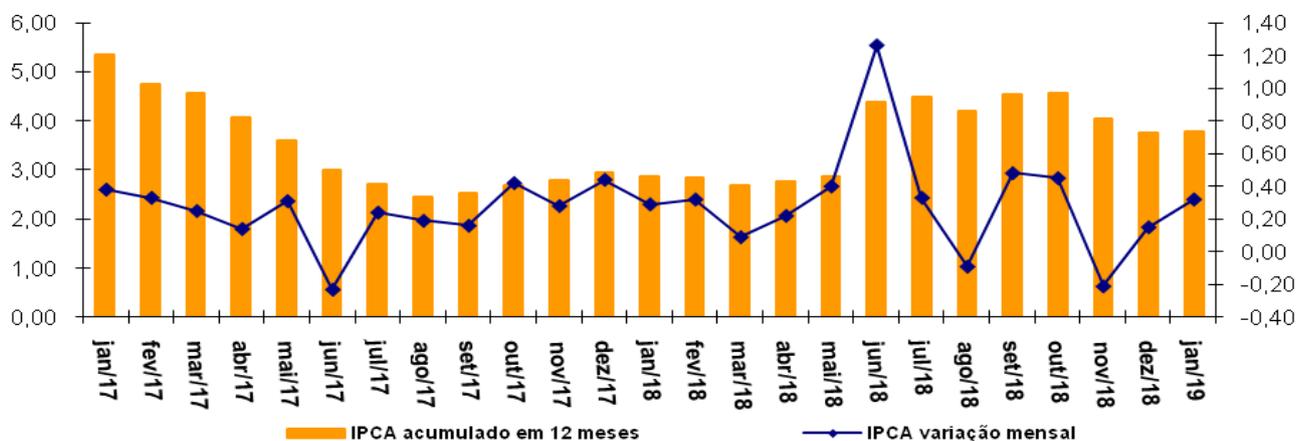
## Inflação IPCA (Janeiro/2019) – IBGE

### Fato

O **IPCA** variou 0,32% em janeiro, 0,17 p.p. acima da variação de dezembro. O índice acumulado em doze meses foi de 3,78%, pouco superior ao registrado nos doze meses imediatamente anteriores, 3,75%. Em **Curitiba** o índice acelerou 0,19 p.p., registrando variação de 0,02%, em doze meses o acumulado é de 3,14%.

### Causa

A maior variação registrada no mês se deve principalmente ao grupo *Alimentação e Bebidas*, com variação de 0,90%, decorrente principalmente de *feijão-carioca, cebola, frutas* e *carnes*. A segunda maior alta ficou com as *Despesas Pessoais*, com variação de 0,61%. Os dois grupos juntos foram responsáveis por cerca de 90% do índice no mês. O único grupo que apresentou deflação no mês foi *Vestuário*, com variação negativa de 1,15%.



Fonte: IBGE

### Consequência

O *IPCA* segue comportado, permitindo uma condução mais flexível da *taxa de juros*. Para os próximos meses pode ocorrer algum aquecimento em decorrência da variação do *preço dos alimentos*.

### Inflação

#### IPCA - 15 (Fevereiro/2019) – IBGE

#### Fato

O *IPCA – 15* registrou variação de 0,34% em fevereiro, apresentando avanço de 0,04 p.p. frente ao mês anterior. No ano e nos últimos doze meses os acumulados são 0,64% e 3,73%, respectivamente. Em **Curitiba** a variação foi de 0,15%, 0,23 p.p. acima do registrado no mês anterior, acumulando 0,07% no ano e 3,18% em 12 meses.

#### Causa

A pressão mais forte sobre o índice veio do grupo *Educação*, 3,52%, refletindo os reajustes habitualmente praticados no início do ano letivo, principalmente os aumentos das mensalidades dos *curtos regulares*, cujos valores subiram 4,60%, representando o maior impacto individual no índice, 0,15 p.p. Já os grupos *Transporte* e *Vestuário* tiveram variação negativa no mês.

#### Consequência

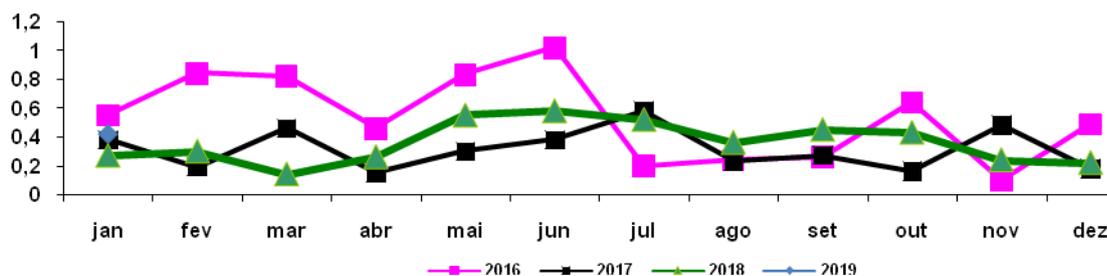
O aumento no mês deveu-se a *fatores sazonais*, notadamente o item *curtos regulares*, porém a inflação encontra-se em patamar comportado e deverá trazer repercussões sobre a *política de juros do Banco Central*.

### Inflação

#### Custos e Índices da Construção Civil (Janeiro/2019) – IBGE - Caixa Econômica Federal

#### Fato

O *Índice Nacional da Construção Civil* variou 0,42% em janeiro, 0,20 p.p. acima da variação de dezembro, em doze meses a variação foi de 4,56%. O *custo nacional por metro quadrado* passou de R\$ 1.113,88, em dezembro, para R\$ 1.118,60 em janeiro sendo R\$ 580,41 relativos aos *materiais* e R\$ 538,19 à *mão-de-obra*. No **Estado do Paraná**, a variação mensal foi de 0,13% e em doze meses 4,80%, chegando o *custo por metro quadrado* a R\$ 1.133,29.



Fonte: IBGE e CAIXA

## **Causa**

Na composição do índice a parcela dos *materiais* variou 0,19%, 0,26 p.p. abaixo do índice de dezembro, e a componente *mão-de-obra*, aumentou a taxa de variação em 0,70 p.p., passando de negativos 0,02% em dezembro para 0,68% em janeiro.

Os *custos regionais*, por metro quadrado, foram: R\$ 1.167,87 no Sudeste, R\$ 1.123,38 no Norte, R\$ 1.125,20 no Centro-Oeste, R\$ 1.159,47 no Sul e R\$ 1.039,39 no Nordeste.

## **Consequência**

Em fevereiro o índice não deverá apresentar aceleração intensa, o que só deve ocorrer em março, decorrente do *reajuste salarial* em alguns Estados, o que irá se repetir com intensidade maior em maio, como consequência do *dissídio* da categoria em São Paulo.

## **Inflação**

### **IPP - Índices de Preço ao Produtor (Janeiro/2019) – IBGE**

## **Fato**

O IPP apresentou variação negativa de 1,05% em janeiro, ficando, portanto 0,51 p.p. menos negativo do que no mês anterior e 1,52 p.p. superior à variação de janeiro de 2018. No acumulado em 12 meses o índice atingiu 7,99%.

## **Causa**

No mês, onze das vinte e quatro atividades apresentaram variações positivas, as maiores variações negativas foram em *indústrias extrativas*, *outros produtos químicos*, *fumo* e *madeira*. Em termos de influência no resultado global, sobressaíram-se as variações positivas em *indústrias extrativas*, *outros produtos químicos*, *alimentos* e *metalurgia*.

## **Consequência**

A queda nos preços registrada no mês deve se configurar em menor *pressão inflacionária*, sendo esperada alguma aceleração para os próximos períodos.

## **Operações de Crédito**

### **Nota à Imprensa (Janeiro/2019) - BACEN**

## **Fato**

O estoque *das operações de crédito do sistema financeiro* atingiu R\$ 3.232,3 bilhões em janeiro. A relação entre o *crédito total* e o PIB situou-se em 46,8%, caindo 0,6 p.p. frente ao mês anterior e permanecendo estável na comparação com janeiro de 2018. A *taxa média geral de juros das operações de crédito do sistema financeiro*, computadas as operações com *recursos livres* e *direcionados* atingiu 24,7% a.a., e a *taxa de inadimplência*, 2,9%.

## **Causa**

O *volume total das operações de crédito* em janeiro diminuiu 0,9% frente ao mês anterior e crescendo 5,0% em doze meses. Os *empréstimos contratados com recursos livres* atingiram R\$ 1.743,6 bilhões, caindo 1,0% no mês e crescendo 10,8% com relação a janeiro de 2018. No segmento de *pessoa jurídica*, houve retração de 3,4% no mês, totalizando R\$ 785,8 bilhões. Os *empréstimos realizados às pessoas físicas* o saldo cresceu 1,1% atingindo R\$ 957,7 bilhões.

No *crédito direcionado* houve recuo de 0,8% no mês e de 1,0% em doze meses, chegando a R\$ 1.488,7 bilhões. Resultado de crescimento mensal 1,1% nos financiamentos a *pessoas físicas* e recuo de 1,8% para *pessoas jurídicas*.

As *taxas médias geral de juros* aumentaram 1,5 p.p. no mês e diminuíram 1,5 p.p. nos últimos doze meses. Para *pessoa física* a *taxa média de juros* atingiu 30,5% a.a., com elevação de 1,5 p.p. no mês e contração de 1,7 p.p. em doze meses. Nas *pessoas jurídicas*, houve acréscimo de 1,4 p.p. no mês e queda de 1,7 p.p. em doze meses, atingindo 16,1% a.a.

No *spread bancário* ocorreu crescimento de 1,6 p.p. no mês e queda de 1,1 p.p. em doze meses, alcançando 18,6 p.p., sendo 9,7 p.p. para *pessoas jurídicas* e 24,6 p.p. para *pessoas físicas*. A *taxa de inadimplência do sistema financeiro* situou-se em 2,9%, com crescimento de 0,1 p.p. no mês e recuo de 0,5 p.p. em doze meses. Para *pessoas físicas* a inadimplência é de 3,3% e para *pessoas jurídicas*, 2,5%.

## **Consequência**

O *crédito* segue em comportamento moderado, principalmente em decorrência do baixo ritmo de retomada da *atividade econômica*. Para os próximos períodos a tendência é de continuidade no *crescimento lento e gradual*.

## **Setor Externo**

### **Nota à Imprensa (Janeiro/2019) - BACEN**

## **Fato**

Em janeiro, as *Transações Correntes* registraram *déficit* de US\$ 6,5 bilhões. As *reservas internacionais* aumentaram US\$ 2,3 bilhões, totalizando US\$ 377,0 bilhões. A *Dívida Externa* somou US\$ 319,52 bilhões.

### **Causa**

Nos últimos doze meses o *saldo da conta de transações correntes* acumula *déficit* de US\$ 14,8 bilhões, equivalente a 0,78% do PIB. A *conta de serviços* registrou *déficit* de US\$ 2,6 bilhões no mês, com redução de 8,1% na comparação com janeiro de 2018. As *despesas líquidas de renda primária* somaram US\$ 5,8 bilhões, com redução de 5,1% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. A *conta financeira* registrou entrada líquida de US\$ 5,9 bilhões em *Investimentos Diretos no País*, somando US\$ 85,8 bilhões nos últimos doze meses.

### **Consequência**

O *déficit em transações correntes* apresenta preocupação muito menor do que nos anos anteriores, decorrente principalmente da *taxa de cambio*.

### **Política Fiscal**

#### **Nota à Imprensa (Janeiro/2019) - BACEN**

### **Fato**

Em janeiro, o *setor público não financeiro* registrou *superávit* de R\$ 46,9 bilhões, considerando o fluxo de doze meses o acumulado atingiu *déficit* de R\$ 108,3 bilhões (1,57% do PIB). A *dívida líquida do setor público* alcançou R\$ 3.733,5 bilhões (54,0% do PIB), aumentando 0,3 p.p. como *proporção do PIB*, em relação ao mês anterior. O montante dos *juros apropriados* atingiu R\$ 20,9 bilhões, no mês, e R\$ 371,7 bilhões (5,38% do PIB), em doze meses. O *resultado nominal* registrou *superávit* de R\$ 26,0 bilhões e no acumulado em doze meses, o *déficit* atingiu R\$ 480,0 bilhões, 6,95% do PIB.

### **Causa**

Na composição do *superávit primário*, o *superávit do Governo Central* atingiu R\$ 35,6 bilhões, o dos *governos regionais*, R\$ 10,8 bilhões e as *empresas estatais* R\$ 507 milhões. Com relação aos *juros apropriados* em janeiro, R\$ 20,9 bilhões, houve recuo de R\$ 7,4 bilhões em relação ao total apropriado em janeiro de 2018.

Com relação à *Dívida Líquida do Setor Público* como *percentual do PIB*, o crescimento no mês, foi consequência, da *valorização cambial* e dos *juros nominais*. Em sentido contrário o *superávit primário* e o *crescimento do PIB nominal* contribuíram para a redução.

### **Consequência**

Apesar do *superávit primário* obtido no mês, os resultados do setor público ainda apontam *deterioração fiscal*. Para os próximos meses é esperada continuidade na geração de *resultados não financeiros positivos*.

**EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2019-2023**

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA
2019	2,48	6,52	3,68	3,85
2020	2,74	7,53	3,73	3,96
2021	2,66	7,88	3,77	3,83
2022	2,64	7,87	3,83	3,71
2023	...	7,83	3,87	3,71

FONTE: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 22/02/2019 Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

**DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL - JANEIRO 2009-2019**

ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2009	24,98	-0,96	13,22	0,81	38,04
2010	28,12	-1,32	12,06	0,73	39,6
2011	26,61	-1,14	11,46	0,64	37,56
2012	25,01	-1,17	10,62	0,55	35,02
2013	22,21	-1,33	10,69	0,59	32,16
2014	20,08	-1,29	10,62	0,59	30,00
2015	22,35	-1,53	11,00	0,69	32,5
2016	25,18	-3,66	12,91	0,90	35,33
2017	36,62	-2,78	11,72	0,89	46,44
2018	41,86	-2,82	11,81	0,90	51,76
2019	43,63	-2,81	12,34	0,87	54,03

FONTE: Banco Central do Brasil, DEPEC.

Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

**VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM CURITIBA – JANEIRO/2019**

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	CURITIBA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	28.165	71,06	39.633	26,97	104.415	2,13	1.325.183
DESLIGAMENTOS	24.631	70,89	34.747	25,85	95.270	1,91	1.290.870
Nº EMPREGOS FOMAI S EM 01/JAN/2018	677.256	70,02	967.265	26,01	2.603.794	1,76	38.410.428
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	154.704	72,06	214.681	23,56	656.665	1,88	8.214.037
VARIAÇÃO ABSOLUTA	3.534		4.886		9.145		34.313

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Curitiba em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

**VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – JANEIRO/2019**

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	3.002	7,57	39.633	2,88	104.415	0,23	1.325.183
DESLIGAMENTOS	2.754	7,93	34.747	2,89	95.270	0,21	1.290.870
Nº EMPREGOS FOMAI S EM 01/JAN/2018	88.517	9,15	967.265	3,4	2.603.794	0,23	38.410.428
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	14.959	6,97	214.681	2,28	656.665	0,18	8.214.037
VARIAÇÃO ABSOLUTA	248		4.886		9.145		34.313

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de São José dos Pinhais em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

**VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM ARAUCÁRIA – JANEIRO/2019**

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	ARAUCÁRIA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	1.284	3,24	39.633	1,23	104.415	0,1	1.325.183
DESLIGAMENTOS	1.364	3,93	34.747	1,43	95.270	0,11	1.290.870
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	37.024	3,83	967.265	1,42	2.603.794	0,1	38.410.428
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	5.713	2,66	214.681	0,87	656.665	0,07	8.214.037
VARIAÇÃO ABSOLUTA	-80		4.886		9.145		34.313

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Araucária em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

**EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) - MAR/2018 – FEV/2019**

DIA	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/18	SET/18	OUT/18	NOV/18	DEZ/18	JAN/19	FEV/19
1	85.377,79			77.239,75		79.301,65		78.623,66	88.419,05			
2	85.761,34	84.666,44	84.547,09		72.839,74	79.636,69		81.612,28			91.012,31	
3		84.623,46	83.288,14		73.667,76	81.434,98	76.192,74	83.273,40		89.820,09	91.564,25	
4		84.359,69	83.118,03	78.596,06	74.743,12		74.711,80	82.952,81		88.624,45	91.840,79	98.588,63
5	86.022,83	85.209,66	82.714,43	76.641,72	74.553,06		75.092,27	82.321,52	89.598,16	89.039,80		98.311,20
6	85.653,02	84.820,42		76.117,22	75.010,39	81.050,76	76.416,02		88.668,92	88.846,49		94.635,57
7	85.483,55			73.851,46		80.346,53			87.714,35	88.115,08	91.699,05	94.405,59
8	84.984,61		82.956,05	72.942,07		79.151,70		86.083,92	85.620,14		92.031,86	95.343,10
9	86.371,41	83.307,23	84.265,49			78.767,99		86.087,55	85.641,22		93.613,04	
10		84.510,36	85.861,20		74.862,38	76.514,36	76.436,36	83.679,12		85.914,71	93.805,93	
11		85.245,59	85.220,24	72.307,77	74.398,55		74.656,51	82.921,08		86.419,58	93.658,31	94.412,91
12	86.900,43	85.443,53		72.754,13	75.856,23		75.124,81		85.524,70	86.977,46		96.168,40
13	86.383,85	84.334,41		72.122,14	76.594,36	77.496,46	74.686,68		84.914,11	87.837,59		95.842,40
14	86.050,96		85.232,18	71.421,19		78.602,12	75.429,10		85.973,06	87.449,51	94.474,13	98.015,09
15	84.928,20		85.130,42	70.757,73		77.077,50		83.359,77			94.055,72	97.525,91
16	84.886,49	82.861,58	86.536,97		76.652,59	76.818,72		85.717,57	88.515,27		94.393,07	
17		84.086,13	83.621,95		78.130,30	76.028,51	76.788,86	85.763,96		86.399,68	95.351,09	
18		85.776,46	83.081,88	69.814,74	77.362,64		78.313,97	83.847,12		86.610,50	96.096,75	96.509,89
19	83.913,06	85.824,26		71.394,34	77.486,84		78.168,66	84.219,75	87.900,84	85.673,53		97.659,15
20	84.163,80	85.550,09		72.123,41	78.571,29	76.327,89	78.116,02			85.269,30		96.544,81
21	84.976,59		81.815,32	70.074,90		75.180,40	79.444,29		87.268,80	85.697,16	96.009,77	96.932,27
22	84.767,88		82.738,88	70.640,65		76.902,31		85.596,70	87.477,44		95.103,38	97.885,60
23	84.377,19	85.602,50	80.867,29		77.996,12	75.633,77		85.300,04	86.230,23		96.558,42	
24		85.469,08	80.122,31		79.154,99	76.262,24	77.984,19	83.063,56			97.677,19	
25		85.044,39	78.897,66	70.952,97	80.218,05		78.630,15	84.083,51				97.239,90
26	85.087,86	86.383,20		71.404,59	79.405,34		78.656,16	85.719,88	85.546,51	85.136,11		97.602,50
27	83.808,06	86.444,66		70.609,01	79.866,11	77.929,69	80.000,09		87.891,18	85.460,21		97.307,31
28	83.874,14		75.355,84	71.766,53		77.473,18	79.342,43		89.250,83	87.887,27	95.443,88	95.584,35
29	85.365,56		76.071,97	72.762,52		78.388,84		83.796,71	89.709,57		95.639,33	
30		86.115,50	76.753,61		80.275,60	76.404,10		86.885,71	89.504,03		96.996,21	
31					79.220,44	76.677,53		87.423,55			97.393,74	
<b>MÍNIMO</b>	<b>83.808,06</b>	<b>82.861,58</b>	<b>75.355,84</b>	<b>69.814,74</b>	<b>72.839,74</b>	<b>75.180,40</b>	<b>74.656,51</b>	<b>78.623,66</b>	<b>84.914,11</b>	<b>85.136,11</b>	<b>91.012,31</b>	<b>94.405,59</b>
<b>MÁXIMO</b>	<b>86.900,43</b>	<b>86.444,66</b>	<b>86.536,97</b>	<b>78.596,06</b>	<b>80.275,60</b>	<b>81.434,98</b>	<b>80.000,09</b>	<b>87.423,55</b>	<b>89.709,57</b>	<b>89.820,09</b>	<b>97.677,19</b>	<b>98.588,63</b>

FONTE: BM&FBovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA).

**PREÇO MÉDIO MENSAL E NOMINAL NO ATACADO EM REAIS (R\$) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS DEZ/2000–FEV/2019**

MÊS/ANO	SÃO PAULO	PARANÁ			
	Arroz (30 Kg)	Feijão Preto (30 Kg)	Soja (em farelo) (t)	Trigo (em grão) (60 Kg)	Milho (60 Kg)
DEZ/00	20,69	19,08	434,03	15,03	10,30
DEZ/01	28,00	49,95	496,42	17,80	11,78
DEZ/02	38,00	48,47	745,55	34,94	24,37
DEZ/03	52,36	43,16	756,77	28,58	17,73
DEZ/04	33,78	48,65	522,76	21,26	15,00
DEZ/05	30,00	60,01	513,04	21,96	14,26
DEZ/06	34,01	33,47	506,57	29,23	19,44
DEZ/07	43,67	72,29	682,33	34,35	28,69
DEZ/08	52,54	85,72	736,91	28,50	17,93
DEZ/09	48,34	44,14	740,11	27,50	17,66
DEZ/10	54,40	56,57	734,82	27,40	22,69
DEZ/11	44,28	52,75	584,62	26,43	23,20
DEZ/12	65,00	80,81	1.239,97	41,50	31,00
DEZ/13	59,51	92,71	1.298,74	47,27	22,54
DEZ/14	60,00	78,69	1.174,61	34,32	24,95
DEZ/15	62,10	87,64	1314,07	43,30	29,39
DEZ/16	...	147,81	1212,32	37,62	34,81
JAN/17	...	125,18	1153,42	37,19	32,92
FEV/17	...	106,44	1.138,59	36,14	30,25
MAR/17	...	104,81	1.063,18	35,70	27,89
ABR/17	...	96,55	1.012,31	36,25	25,67
MAI/17	59,60	101,82	1.015,39	36,57	25,61
JUN/17	60,40	111,60	1.018,95	37,46	24,36
JUL/17	61,48	99,96	1.087,77	38,73	22,84
AGO/17	66,48	92,36	1.014,63	40,70	22,39
SET/17	64,44	92,02	1.017,38	36,87	24,68
OUT/17	82,26	92,86	1.068,59	35,95	26,08
NOV/17	82,86	85,59	1.077,22	37,79	27,27
DEZ/17	79,60	81,72	1.162,92	38,74	27,86
JAN/18	72,47	79,72	1.163,73	39,32	28,30
FEV/18	65,42	89,02	1.263,78	39,07	29,23
MAR/18	65,53	88,21	1.326,18	42,40	36,45
ABR/18	69,32	87,22	1.413,59	47,15	37,65
MAI/18	68,39	90,88	1.490,00	54,95	38,94
JUN/18	71,34	86,51	1.450,92	62,88	38,47
JUL/18	77,98	86,32	1.432,98	59,95	35,43
AGO/18	78,46	87,63	1.435,45	56,84	36,87
SET/18	79,86	93,58	1467,24	52,91	37,58
OUT/18	80,93	92,15	1.417,65	49,11	33,81
NOV/18	80,40	92,31	1.371,70	49,91	33,57
DEZ/18	79,41	92,62	1.338,85	51,09	33,97
JAN/19	80,77	106,22	1.306,58	54,19	35,27
FEV/19	79,46	127,20	1.254,75	53,99	35,88

FONTES: IPEA; CONAB; IEA-SP; SEAB-PR.

NOTA: Cotação para o arroz longo fino agulhinha.

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

## INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837(1)	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848(3)	Índice Ibovespa 7845	Emissão Primária de Debêntures (R\$ milhões) 7841	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 (3)	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 (4)
DEZ/07	912.869	1.764.961	63.886	1.068	13.265	2.652
DEZ/08	917.297	1.087.640	37.550	0	8.776	1.577
DEZ/09	1.086.267	1.739.615	68.588	2.720	10.428	2.269
DEZ/10	1.286.654	2.070.752	69.304	2.025	11.578	2.653
DEZ/11	1.501.728	1.833.723	56.754	220	12.218	2.605
DEZ/12	1.786.186	1.961.800	60.952	850	13.104	3.020
DEZ/13	1.939.384	1.889.777	51.507	300	16.577	4.177
DEZ/14	2.156.887	1.824.499	50.007	0	17.823	4.736
DEZ/15	2.472.963	1.591.222	43.349	1.185	17.425	5.007
JAN/16	2.522.931	1.506.705	40.405	0	16.466	4.614
FEV/16	2.553.705	1.560.784	42.793	0	16.517	4.558
MAR/16	2.599.654	1.795.296	50.055	20.000	17.685	4.870
ABR/16	2.635.683	1.917.723	53.910	0	17.831	4.775
MAI/16	2.670.626	1.740.045	48.471	0	17.787	4.948
JUN/16	2.690.456	1.821.192	51.526	0	17.930	4.843
JUL/16	2.738.202	2.004.423	57.308	0	18.432	5.162
AGO/16	2.795.674	2.029.117	57.901	0	18.401	5.213
SET/16	2.820.714	2.044.580	58.367	0	18.308	5.312
OUT/16	2.860.310	2.234.166	64.924	878	18.142	5.190
NOV/16	2.887.156	2.134.704	61.906	0	19.124	5.324
DEZ/16	2.953.369	2.078.361	60.227	975	19.763	5.383
JAN/17	3.035.796	2.239.112	64.670	0	19.864	5.615
FEV/17	3.088.727	2.324.811	66.662	0	20.822	5.825
MAR/17	3.158.822	2.245.686	64.984	300	20.663	5.912
ABR/17	3.169.398	2.243.197	65.403	432	20.941	6.048
MAI/17	3.203.771	2.159.216	62.711	0	21.009	6.199
JUN/17	3.243.842	2.149.502	62.899	0	21.350	6.144
JUL/17	3.310.407	2.249.025	65.920	1.091	21.891	6.348
AGO/17	3.386.195	2.400.515	70.835	0	21.948	6.429
SET/17	3.426.878	2.517.247	74.293	0	22.405	6.453
OUT/17	3.468.644	2.538.691	74.308	4.537	23.377	6.728
NOV/17	3.460.553	2.454.073	71.970	0	24.272	6.874
DEZ/17	3.462.583	2.575.884	76.402	0	24.719	6.903
JAN/18	3.526.747	2.916.247	84.912	0	26.149	7.411
FEV/18	3.550.673	2.928.154	85.353	268	25.029	7.273
MAR/18	3.584.745	2.965.390	85.365	0	24.103	7.063
ABR/18	3.610.305	2.961.895	86.115	529	24.163	7.066
MAI/18	3.620.983	2.663.411	76.753	0	24.668	7.462
JUN/18	3.622.332	2.510.860	72.762	0	24.271	7.510
JUL/18	3.655.902	2.733.333	79.220	1.207	25.415	7.672
AGO/18	3.697.483	2.639.313	76.677	0	25.965	8.110
SET/18	3.728.770	2.671.198	79.342	0	26.458	8.046
OUT/18	3.771.919	2.916.773	87.423	700	25.116	7.306
NOV/18	3.772.958	2.977.960	89.504	0	25.538	7.331
DEZ/18	3.809.240	2.894.364	87.887	0	23.327	6.635
JAN/19	3.859.708	3.218.298	97.393	0	25.000	7.282

FONTES: (1) BANCO CENTRAL DO BRASIL, (2) BOVESPA (ÍNDICE DE FECHAMENTO DO ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS), (3) DOW JONES, (4) NASDAQ

NOTA: para os anos de 2007 a 2014, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano. Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

**BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1997 - 2019**  
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB
1997	4.849.631.130	0,00	3.286.435.601	0,00	1.546.619
1998	4.217.015.109	-13,04	4.037.993.209	22,87	170.406
1999	3.930.561.564	-6,79	3.686.335.922	-8,71	233.169
2000	4.379.503.505	11,42	4.679.233.086	26,93	-299.729.581
2001	5.312.332.713	21,30	4.897.792.513	4,67	414.540.200
2002	5.694.804.727	7,20	3.316.953.439	-32,28	2.377.851.288
2003	7.151.159.118	25,57	3.484.908.970	5,06	3.666.250.148
2004	9.389.420.770	31,30	4.019.935.825	15,35	5.369.484.945
2005	10.015.182.847	6,66	4.516.231.442	12,35	5.498.951.405
2006	9.995.494.251	-0,20	5.966.627.723	32,12	4.028.866.528
2007	12.328.950.313	23,35	9.014.788.594	51,09	3.314.161.719
2008	15.215.715.407	23,41	14.551.915.577	61,42	663.799.830
2009	11.196.293.394	-26,42	9.581.197.028	-34,16	1.615.096.366
2010	14.138.446.875	26,28	13.896.179.543	45,04	242.267.332
2011	17.360.038.340	22,79	18.730.595.657	34,79	-1.370.557.317
2012	17.670.729.653	1,79	19.386.402.825	3,50	-1.715.673.172
2013	18.209.358.888	3,05	19.323.866.589	-0,32	-1.114.507.701
2014	16.309.278.456	-10,43	17.280.528.871	-10,57	-971.250.415
2015	14.905.716.333	-8,61	12.441.616.141	-28,00	2.464.100.192
2016	15.169.664.013	1,77	11.091.546.509	-10,85	4.078.117.504
2017	18.078.720.982	19,18	11.516.626.302	3,83	6.563.848.374
2018	0.040.889.000	10,85	12.370.168.000	7,41	7.670.721.000
JAN/2019	1.071.084.000		925.624.000		145.4609.000

FONTE: MDIC/SECEX

**BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL - 1997 - 2019**  
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)	
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%
1997	52.947.495.532	0,00	59.484.840.278	0,00	1.546.619	0,00
1998	51.076.603.549	-3,53	57.596.907.511	-3,17	170.406	-0,26
1999	47.945.909.310	-6,13	49.181.644.327	-14,61	233.169	-81,05
2000	55.018.346.483	14,75	55.891.118.709	13,64	-872.772.226	-29,37
2001	58.128.223.219	5,65	55.444.566.162	-0,80	2.683.657.057	-407,49
2002	60.290.491.129	3,72	47.140.165.638	-14,98	13.150.325.491	390,02
2003	72.975.027.454	21,04	48.269.929.600	2,40	24.705.097.854	87,87
2004	96.332.184.410	32,01	62.744.505.513	29,99	33.587.678.897	35,95
2005	118.692.856.544	23,21	73.468.391.463	17,09	45.224.465.081	34,65
2006	137.708.096.759	16,02	91.192.855.350	24,13	46.515.241.409	2,85
2007	160.521.882.755	16,57	120.475.382.973	32,11	40.046.499.782	-13,91
2008	197.778.858.085	23,21	173.118.588.785	43,70	24.660.269.300	-38,42
2009	152.910.580.383	-22,69	127.812.153.899	-26,17	25.098.426.484	1,78
2010	201.788.337.035	31,96	181.774.969.378	42,22	20.013.367.657	-20,26
2011	255.936.306.857	26,83	226.244.222.128	24,46	29.692.084.729	48,36
2012	242.277.307.190	-5,34	223.366.721.023	-1,27	18.910.586.167	-36,31
2013	241.967.561.759	-0,13	239.681.231.635	7,30	2.286.330.124	-87,91
2014	224.974.401.228	-7,02	229.127.843.314	-4,40	-4.153.442.086	-281,66
2015	190.971.087.339	-15,11	171.458.999.759	-25,17	19.512.087.580	-569,78
2016	185.232.116.301	-3,01	137.585.830.976	-19,76	47.646.285.325	144,19
2017	217.739.218.466	17,55	150.749.494.421	9,57	66.989.724.045	40,60
2018	239.889.170.206	10,17	181.230.568.862	20,22	58.658.601.344	-12,44
JAN/2019	18.578.919.238	9,11	16.386.529.724	15,37	2.192.389.514	4,23

FONTE: DIC/SECEX

OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS - (Complexo soja e trigo) SAFRAS 2011/2019 (Mil toneladas)

PRODUTO	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em pluma	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	883,5	748,6	438,5
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.289,2	27,0	1.665,3	660,0	804,0	201,3
	2016/17	201,3	1.529,5	33,6	1.764,4	685,0	834,1	245,3
	2017/18	566,1	2.202,4	10,0	2.778,5	750,0	1.330,0	698,5
	2018/19	691,1	2.564,90	5	3.261,00	730	1.450,00	1.081,00
Arroz em casca	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	807,2	14.010,9	11.954,3	1.188,4	868,2
	2014/15	868,2	12.448,6	503,3	13.820,1	11.495,1	1.362,1	962,9
	2015/16	962,9	10.603,0	1.187,4	12.753,3	11.428,8	893,7	430,8
	2016/17	430,8	12.327,8	1.042,0	13.800,6	12.024,3	1.064,7	711,6
	2017/18	625,8	11.449,9	1.200,0	13.275,7	11.900,0	800,0	575,7
	2018/19	675,8	10.698,20	1.300,00	12.674,00	11.400,00	900	374
Feijão	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.210,2	156,7	3.670,7	3.350,0	122,6	198,1
	2015/16	198,1	2.512,9	325,0	3.036,0	2.800,0	50,0	186,0
	2016/17	186,0	3.399,5	137,6	3.723,1	3.300,0	120,5	302,6
	2017/18	178,6	3.170,6	130,0	3.479,2	3.200,0	120,0	159,2
	2018/19	237,3	3.064,50	150	3.451,80	3.100,00	120	231,8
Milho	2012/13	4.005,4	81.505,7	911,4	86.422,5	53.263,8	26.174,1	6.984,6
	2013/14	6.984,6	80.051,7	790,7	87.827,0	54.503,1	20.924,8	12.399,1
	2014/15	12.399,1	84.672,4	316,1	97.387,6	56.611,1	30.172,3	10.604,2
	2015/16	10.604,2	66.530,6	3.338,1	80.472,9	54.639,8	18.883,2	6.949,9
	2016/17	6.617,3	97.842,8	953,6	105.413,7	57.330,5	30.836,7	17.246,5
	2017/18	13.287,7	90.409,2	400,0	104.096,9	62.500,0	31.000,0	10.596,9
	2018/19	14.320,70	91.652,30	500	106.473,00	62.500,00	31.000,00	12.973,00
Soja em grãos	2012/13	447,9	81.499,4	282,8	82.230,1	38.694,3	42.791,9	743,9
	2013/14	743,9	86.120,8	578,7	87.443,5	40.200,0	45.692,0	1.551,5
	2014/15	1.551,5	96.228,0	324,1	98.103,6	42.850,0	54.324,2	929,4
	2015/16	929,4	95.434,6	400,0	96.764,0	43.700,0	51.581,9	1.482,1
	2016/17	1.482,1	114.075,3	300,0	115.857,4	46.100,0	68.154,6	1.602,8
	2017/18	670,3	118.238,6	400,0	119.308,9	43.500,0	75.000,0	808,9
	2018/19	746,3	115.343,70	400	116.490,00	44.000,00	71.500,00	990
Farelo de Soja	2012/13	867,6	27.258,0	3,9	28.129,5	14.350,0	13.333,5	446,0
	2013/14	446,0	28.336,0	1,0	28.783,0	14.799,3	13.716,3	267,4
	2014/15	267,4	30.492,0	1,1	30.760,5	15.100,0	14.826,7	833,8
	2015/16	833,8	30.954,0	0,8	31.788,6	15.500,0	14.443,8	1.844,8
	2016/17	1.844,8	32.186,0	1,0	34.031,8	17.000,0	14.177,1	2.854,7
	2017/18	911,3	31.185,0	2,0	32.098,3	17.000,0	14.000,0	1.098,3
	2018/19	1.441,50	32.340,00	1	33.782,50	17.200,00	14.400,00	2.182,50
Óleo de soja	2012/13	650,5	6.903,0	5,0	7.558,5	5.556,3	1.362,5	639,7
	2013/14	639,7	7.176,0	0,1	7.815,8	5.930,8	1.305,1	579,9
	2014/15	579,9	7.722,0	25,3	8.327,2	6.359,2	1.669,9	298,1
	2015/16	298,1	7.839,0	66,1	8.203,2	6.380,0	1.254,2	569,0
	2016/17	569,0	8.151,0	40,0	8.760,0	6.800,0	1.342,5	617,5
	2017/18	218,1	7.897,5	41,0	8.156,6	6.700,0	1.100,0	356,6
	2018/19	424,3	8.190,00	40	8.654,30	7.200,00	1.100,00	354,3
Trigo	2012	1.956,1	4.379,5	7.010,2	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
	2013	1.527,6	5.527,8	6.642,4	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
	2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
	2015	1.174,6	5.534,9	5.517,6	12.227,1	10.367,3	1.050,5	809,3
	2016	809,3	6.726,8	7.088,5	14.624,6	11.517,7	576,8	2.530,1
	2017	2.530,1	4.263,5	6.200,0	12.993,6	11.287,4	210,0	1.496,2
	2018	1.685,60	5.631,00	6.700,00	14.016,60	11.406,40	600	2.010,20

Fonte: CONAB – 2º levantamento, fevereiro 2019. (Disponível em: [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br))

Notas: Estimativa em fevereiro/2019/ Estoque de Passagem - Algodão, Feijão e Soja: 31 de Dezembro - Arroz 28 de Fevereiro - Milho 31 de Janeiro - Trigo 31 de Julho.

**PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES – 1989-2019**  
(Mil toneladas e mil hectares)

Ano	Brasil			Maiores Estados Produtores									
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais	
			(Kg/ha)	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida
1989/1990	20.101	11.551	1.740	2.901	1.503	4.572	2.286	1.411	941	1.934	1.209	875	583
1990/1991	15.395	9.743	1.580	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	963	472
1991/1992	19.419	9.582	2.027	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	1.003	456
1992/1993	23.042	10.717	2.150	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	1.159	552
1993/1994	25.059	11.502	2.179	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	1.234	600
1994/1995	25.934	11.679	2.221	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	1.188	600
1995/1996	23.190	10.663	2.175	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	1.040	528
1996/1997	26.160	11.381	2.299	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	1.176	523
1997/1998	31.370	13.158	2.384	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	1.383	601
1998/1999	30.765	12.995	2.367	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	1.336	577
1999/2000	32.890	13.623	2.414	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	1.397	594
2000/2001	38.432	13.970	2.751	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	1.496	642
2001/2002	42.230	16.386	2.577	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	1.949	719
2002/2003	52.018	18.475	2.816	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	2.333	874
2003/2004	49.793	21.376	2.329	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	2.659	1.066
2004/2005	52.305	23.301	2.245	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	3.022	1.119
2005/2006	55.027	22.749	2.419	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	2.483	1.061
2006/2007	58.392	20.687	2.822	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	2.568	930
2007/2008	60.018	21.313	2.816	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	2.537	870
2008/2009	57.166	21.743	2.629	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	2.751	929
2009/2010	68.688	23.468	2.927	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	2.872	1.019
2013/2014	86.121	30.173	2.854	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	3.327	1.238
2014/2015	96.228	32.093	2.998	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	3.507	1.319
2015/2016	95.434	33.251	2.870	26.031	9.140	16.845	5.451	10.250	3.285	7.241	2.430	4.731	1.469
2016/2017	114.075	33.909	3.364	30.514	9.323	19.586	5.250	10.819	3.279	8.576	2.522	5.067	1.456
2017/2018	119.281	35.149	3.394	32.306	9.519	19.170	5.465	11.786	3.387	9.600	2.672	5.545	1.508
2018/2019	115.344	35.821	3.220	32.125	9.699	17.279	5.459	11.060	3.478	8.871	2.816	5.082	1.528

Fonte: CONAB – 2º levantamento, fevereiro 2019. (Disponível em: [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br))

Nota: Estimativa em fevereiro\ 2019.

**TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2005-2018**

PAÍSES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Mundo	4,9	5,5	5,6	3	-0,1	5,4	4,3	3,5	3,5	3,6	3,5	3,3	3,7	3,7
África do Sul	5,3	5,6	5,4	3,2	-1,5	3	3,3	2,2	2,5	1,8	1,3	0,6	1,3	0,8
Alemanha	0,9	3,9	3,4	0,8	-5,6	3,9	3,7	0,7	0,6	2,2	1,5	2,2	2,5	1,9
Argentina	8,9	8	9	4,1	-5,9	10,1	6	-1	2,4	-2,5	2,7	-1,8	2,9	-2,6
Bolívia	4,4	4,8	4,6	6,1	3,4	4,1	5,2	5,1	6,8	5,5	4,9	4,3	4,2	4,3
Brasil	3,2	4	6,1	5,1	-0,1	7,5	4	1,9	3	0,5	-3,5	-3,3	1,1	1,1
Canadá	3,2	2,6	2,1	1	-2,9	3,1	3,1	1,7	2,5	2,9	1	1,4	3	2,1
Chile	5,7	6,3	4,9	3,6	-1,6	5,8	6,1	5,3	4,1	1,8	2,3	1,3	1,5	4
China	11,3	12,7	14,2	9,6	9,2	10,6	9,5	7,9	7,8	7,3	6,9	6,7	6,9	6,6
Colômbia	4,7	6,8	6,8	3,3	1,2	4,3	7,4	3,9	4,6	4,7	3	2	1,8	2,8
Coréia do sul	3,9	5,2	5,5	2,8	0,7	6,5	3,7	2,3	2,9	3,3	2,8	2,9	3,1	2,8
Equador	5,3	4,4	2,2	6,4	0,6	3,5	7,9	5,6	4,9	3,8	0,1	-1,2	2,4	1,1
Estados Unidos	3,5	2,9	1,9	-0,1	-2,5	2,6	1,6	2,2	1,8	2,5	2,9	1,6	2,2	2,9
França	1,7	2,4	2,4	0,3	-2,9	1,9	2,2	0,3	0,6	1	1	1,1	2,3	1,6
Índia	9,3	9,3	9,8	3,9	8,5	10,3	6,6	5,5	6,4	7,4	8,2	7,1	6,7	7,3
Indonésia	5,7	5,5	6,3	7,4	4,7	6,4	6,2	6	5,6	5	4,9	5	5,1	5,1
Itália	0,9	2	1,5	-1,1	-5,5	1,7	0,6	-2,8	-1,7	0,1	1	0,9	1,5	1,2
Japão	1,7	1,4	1,7	-1,1	-5,4	4,2	-0,1	1,5	2	0,4	1,4	1	1,7	1,1
México	2,3	4,5	2,3	1,1	-5,3	5,1	3,7	3,6	1,4	2,8	3,3	2,9	2	2,2
Paraguai	2,1	4,8	5,4	6,4	-0,3	11,1	4,2	-0,5	8,4	4,9	3,1	4,3	4,8	4,4
Peru	9	7,1	5	0,8	-4,7	8,5	11,1	4,8	8,5	5,2	6,1	3,2	7,4	3,5
Reino Unido	3,1	2,5	2,5	-0,3	-4,2	1,7	1,6	1,4	2	2,9	2,3	1,8	1,7	1,4
Rússia	6,4	8,2	8,5	5,2	-7,8	4,5	5,1	3,7	1,8	0,7	-2,5	-0,2	1,5	1,7
Tailândia	4,2	5	5,4	1,7	-0,7	7,5	0,8	7,2	2,7	1	3	3,3	3,9	4,6
Uruguai	6,8	4,1	6,5	7,2	4,2	7,8	5,2	3,5	4,6	3,2	0,4	1,7	2,7	2
Venezuela	10,3	9,9	8,8	5,3	-3,2	-1,5	4,2	5,6	1,3	-3,9	-6,2	-16,5	-14	-18

FONTES: Fundo Monetário Internacional, International Financial Statistics IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

**TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS (PREÇOS AO CONSUMIDOR) 2005-2018**

PAÍSES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Mundo</b>	4,1	4,1	4,3	6,3	2,7	3,7	5,0	4,1	3,7	3,2	2,8	3,0	3,9	3,8
<b>África do Sul</b>	3,4	4,6	7,2	11,0	7,1	4,3	5,0	5,6	5,8	6,1	4,6	6,3	5,3	4,5
<b>Alemanha</b>	1,9	1,8	2,3	2,8	0,2	1,1	2,5	2,1	1,6	0,8	0,1	0,4	1,7	1,4
<b>Argentina</b>	9,6	10,9	8,8	8,6	6,3	10,5	9,8	10,0	10,6	0,8	0,1	0,4	25,7	47,1
<b>Bolívia</b>	5,4	4,3	6,7	14,0	3,3	2,5	9,9	4,5	5,7	5,8	4,1	3,6	2,8	1,51
<b>Brasil</b>	6,9	4,2	3,6	5,7	4,9	5,0	6,6	5,4	6,2	6,3	9,0	8,7	3,4	3,7
<b>Canadá</b>	2,2	2,0	2,1	2,4	0,3	1,8	2,9	1,5	0,9	1,9	1,1	1,4	1,6	2,0
<b>Chile</b>	3,1	3,4	4,4	8,7	1,5	1,4	3,3	3,0	1,9	4,4	4,3	3,8	2,2	2,6
<b>China</b>	1,8	1,5	4,8	5,9	-0,7	3,3	5,4	2,6	2,6	2,0	1,4	2,0	1,5	1,9
<b>Colômbia</b>	5,1	4,3	5,5	7,0	4,2	2,3	3,4	3,2	2,0	2,9	5,0	7,5	4,3	3,1
<b>Coréia do Sul</b>	2,2	2,5	4,7	2,8	2,9	4,0	2,2	1,3	1,3	0,7	1,0	2,8	...	1,3
<b>Equador</b>	2,2	3,3	2,3	8,4	5,2	3,6	4,5	5,1	2,7	3,6	4,0	1,7	0,4	0,2
<b>Estados Unidos</b>	3,4	3,2	2,9	3,8	-0,3	1,6	3,1	2,1	1,5	1,6	0,1	1,3	2,1	1,9
<b>França</b>	1,9	1,9	1,6	3,2	0,1	1,7	2,3	2,2	1,0	0,6	0,1	0,3	1,0	1,2
<b>Índia</b>	4,4	6,7	6,2	9,1	10,6	9,5	9,5	10,0	9,4	5,8	4,9	4,5	3,3	2,1
<b>Indonésia</b>	10,5	13,1	6,7	9,8	5,0	5,1	5,3	4,0	6,4	6,4	6,4	3,5	3,8	2,8
<b>Itália</b>	2,2	2,2	2,0	3,5	0,8	1,6	2,9	3,3	1,2	0,2	0,1	-0,1	1,2	0,9
<b>Japão</b>	-0,3	0,3	0,1	1,4	-1,3	-0,7	-0,3	-0,1	0,3	2,8	0,8	-0,1	0,5	0,3
<b>México</b>	4,0	3,6	4,0	5,1	5,3	4,2	3,4	4,1	3,8	4,0	2,7	2,8	6,0	4,8
<b>Paraguai</b>	6,8	9,6	8,1	10,2	2,6	4,7	8,3	3,7	2,7	5,0	3,1	4,1	3,6	3,2
<b>Peru</b>	1,6	2,0	1,8	5,8	2,9	1,5	3,4	3,7	2,8	3,2	3,5	3,6	2,8	2,1
<b>Reino Unido</b>	2,1	2,3	2,3	3,6	2,2	3,3	4,5	2,8	2,6	1,5	0,0	0,7	2,6	2,1
<b>Rússia</b>	12,7	9,7	9,0	14,1	11,7	6,9	8,4	5,1	6,8	7,8	15,5	7,0	3,7	4,3
<b>Tailândia</b>	4,5	4,7	2,2	5,5	-0,8	3,3	3,8	3,0	2,2	1,9	-0,9	0,2	0,7	0,3
<b>Uruguai</b>	4,7	6,4	8,1	7,9	7,1	6,7	8,1	8,1	8,6	8,9	8,7	9,6	6,2	7,4
<b>Venezuela</b>	16,0	13,7	18,7	31,4	26,0	28,2	26,1	21,1	43,5	57,3	111,8	254,4	1087,5	1.698.488

FONTES: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

# Equipe Técnica



**Carlos Ilton Cleto**

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



**Gilmar Mendes Lourenço**

Economista, mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



**Rafael Polay Alcântara**

Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da FAE.